

Senado aprova projetos que fortalecem o ensino público

A semana que passou foi importante para a educação brasileira. O Senado aprovou o piso salarial de R\$ 950 para professores do ensino básico da rede pública. Segundo outra decisão, as verbas destinadas constitucionalmente

à educação não poderão ter outro destino a partir de 2011. E os alunos que cursaram o ensino fundamental em escolas públicas poderão ter direito a metade das vagas de universidades e escolas técnicas federais.

PÁGINA 4

Estrangeiros usam “laranjas” para comprar terras na Amazônia

O Incra calcula que 3,1 milhões de hectares da Amazônia Legal já estejam nas mãos de estrangeiros, alguns representados por empresas que têm “laranjas” e ONGs à frente.

PÁGINAS 8 E 9

Falta acordo para votar novas regras de criação de municípios

A CCJ já aprovou o projeto que define regras para criação de municípios. Mas segundo o líder do governo, Romero Jucá, não há acordo para votar o texto em Plenário.

PÁGINA 6

e mais...

AGENDA

Página 2

VOZ DO LEITOR

AMBIENTE LEGAL

FOTO DA SEMANA

FRASES

Página 13

cidadania



Policiais observam tráfego na rodovia dos Tamoios: prudência garante uma boa viagem

Os cuidados para quem quer viajar com segurança nas férias

PÁGINA 16

Regras para o Orçamento 2009 serão votadas esta semana

PÁGINA 3



Para Magno Malta (com Demostenes ao fundo), acordo terá impacto em outros países

Google avisará MPF sobre casos de pornografia infantil no Orkut

Em acordo assinado na CPI da Pedofilia, o Google compromete-se a notificar ao MPF os casos de pornografia infantil no Orkut. Magno Malta, Demostenes Torres, Romeu Tuma e Eduardo Azeredo subscreveram o documento como testemunhas.

PÁGINA 11

Quatro senadores são candidatos a prefeito

PÁGINA 5

PLENÁRIO

FOTOS: GERALDO MAGELA



Serys discute pontos do relatório final com consultores de Orçamento: votação antes do prazo

Seis empréstimos externos aprovados

Seis estados e municípios foram autorizados pelo Plenário do Senado a realizar empréstimos externos. O maior deles, para o governo do Rio Grande do Sul, totaliza US\$ 1,1 bilhão do Banco Mundial (Bird) e, segundo o senador Pedro Simon (PMDB-RS), servirá para pagar o serviço da dívida gaúcha, federalizada durante o governo Fernando Henrique Cardoso, na década passada.

À época, os juros eram muito elevados e, usando o dinheiro do Bird, o governo estadual poderá saldar o débito com a União e pagar juros menores no novo empréstimo.

No dia 21 de junho, Simon liderou vigília em Plenário, evitando que a sessão fosse encerrada até que o governo enviasse a mensagem autorizando o empréstimo ao Rio Grande do Sul.

Minas Gerais também foi autorizado a contrair empréstimo junto ao Banco Mundial, no valor de US\$ 976 milhões, para financiar parcialmente as obras de asfaltamento das estradas ligando todos os 853 municípios mineiros, como explicou o senador Eduardo

Azeredo (PSDB-MG).

O Amazonas também poderá contratar empréstimo junto ao Bird, no valor de US\$ 24,2 milhões. Finalmente, três prefeituras foram beneficiadas com a votação da terça: Teresina (PI), Ipatinga (MG) e Toledo (PR).



Negociação partidária em Plenário: sessão de terça-feira à tarde autorizou estados e municípios a contrair empréstimos

MANGABEIRA - O Plenário aprovou o projeto de lei da Câmara (PLC 72/08) que cria a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, dirigida pelo professor Mangabeira Unger e encarregada de estudar as políticas públicas de longo prazo. O projeto vai à sanção presidencial.

RITO DOS VETOS - Proposta de emenda à Constituição (PEC 57/05) do senador Marco Maciel (DEM-PE) define que os vetos presidenciais passarão a ser apreciados separada e alternadamente no Senado e na Câmara. A medida, aprovada pelo Plenário, agora será apreciada pelos deputados federais.

CAMINHONEIRO - O PLC 71/08, que reduz o imposto de renda cobrado dos caminhoneiros paraguaios a serviço de empresas brasileiras, volta ao exame da Câmara, depois de receber emenda e ser aprovado pelo Plenário do Senado na semana passada.

Brasil ratifica convenção de direitos do deficiente

Com 56 votos favoráveis, o Plenário aprovou o projeto de decreto legislativo (PDS 90/08) com os textos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU), de 2007. O objetivo do acordo é promover e assegurar o exercício dos direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua

dignidade. O projeto segue agora para promulgação, quando passará, em definitivo, a fazer parte da legislação brasileira.

Adotada pela ONU em dezembro de 2006 e assinada pelo Brasil (e mais 196 países) em março do ano seguinte, ela não cria direitos novos nem especiais, como destacou o relator do projeto, Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Parques de diversões terão brinquedos adaptados

Pelo menos 5% dos brinquedos e equipamentos dos parques de diversões, sejam eles públicos ou privados, poderão ser adaptados e adequadamente identificados para possibilitar a sua utilização por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. É o que

determina projeto de lei da Câmara (PLC 24/08) aprovado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O projeto, do deputado licenciado Alberto Fraga (DEM-DF), teve como relator no Senado Flávio Arns (PT-PR).

Votada na comissão, LDO só depende do Plenário

Depois de examinar 101 destaques apresentados ao texto-base, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) concluiu, na quinta-feira, a votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2009 – em que são fixadas regras e parâmetros para a elaboração do projeto do Orçamento, inclusive as ações prioritárias.

A proposta segue agora para exame em sessão conjunta do Congresso Nacional. O recesso de julho está previsto para ter início no dia 18, mas a suspensão das atividades depende da aprovação da LDO.

O texto-base da relatora, Serys Shlessarenko (PT-MT), já havia sido votado pela comissão no dia anterior, após acordo de líderes partidários pelo qual a senadora concordou em retirar alguns pontos do texto, como dispositivo que autorizava o governo a liberar recursos do Orçamento de

2009 para obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no caso de atraso na votação da peça orçamentária. Pelo mesmo acordo, 60 dos 161 destaques dos parlamentares foram retirados.

– Ficou demonstrado que é possível fazer política com foco nos interesses do Brasil, de caráter mais coletivo – comentou Serys, ao destacar como uma vitória a votação da matéria três dias antes do prazo fixado pela comissão.

Antes do recesso, a CMO ainda deve votar, nesta quarta-feira, nove propostas de abertura de créditos adicionais, entre os quais o projeto que o governo encaminhou ao Congresso para que o Ministério do Esporte seja autorizado a aplicar R\$ 85 milhões no projeto da candidatura da capital fluminense como sede dos Jogos Olímpicos. Outro projeto assegura a liberação de recursos para pagamentos de aumentos salariais de servidores.

Regras de repasse evitam que governo paralise atividades

Mesmo quando o ano se inicia sem a aprovação da lei orçamentária, o governo pode começar a liberar parte do dinheiro para as despesas, conforme regras de execução provisória previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Pelo projeto aprovado na CMO, o Executivo é autorizado a gastar, sem qualquer restrição, recursos destinados a despesas constitucionais e legais, bolsas de estudos e emergências na área da defesa civil.

Como novidade, a relatora Serys Shlessarenko inclui na lista dos gastos sem limite as despesas para compra de produtos agrícolas para a formação de estoques públicos vinculados ao programa de garantia dos preços mínimos.

Para todos os demais casos, o governo defendia autorização para um gasto no limite fixo de 3/12, até a aprovação do Orçamento. Serys retomou a regra do duodécimo (1/12) ao mês do total

de cada ação, aplicado para as despesas correntes (manutenção dos serviços e da máquina pública) de caráter inadiável.

No caso dos investimentos das estatais, ficou estabelecido que as informações sobre cada despesa – que devem incluir também o beneficiário – sejam especificadas no fim de cada mês. Quanto às obras do PAC, o acordo definiu a manutenção do critério aplicado aos investimentos em geral: não há repasse de verbas até que o projeto de Orçamento para o ano seja sancionado.

O presidente da CMO, deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS), considerou o acordo positivo e disse acreditar que não haverá prejuízos para o governo, na medida em que os investimentos do PAC podem ser mantidos no início do ano, mesmo sem o novo Orçamento, com as dotações empenhadas e inscritas em restos a pagar.

VEREADORES - As câmaras municipais de todo o país vão passar a receber, a partir do próximo mês, informações da CMO sobre os recursos públicos empenhados para as prefeituras. O presidente da comissão, Mendes Ribeiro Filho, também propôs que as câmaras tornem públicas as informações, estimulando a participação da população no acompanhamento dos gastos referentes aos convênios, reforçando o controle e a fiscalização da execução orçamentária federal.

PSDB RETORNA - Depois de se retirar da CMO em fevereiro passado, em protesto contra o governo, o PSDB decidiu voltar a participar da comissão e indicou os senadores Marconi Perillo (GO) e João Tenório (AL) como membros. O líder tucano Arthur Virgílio (AM) anunciou a medida, afirmando ter percebido “a boa vontade e o desejo de acertar” dos atuais dirigentes da CMO. “Não achamos justo permanecermos de fora negando a modesta contribuição que podemos emprestar”, disse.

EDUCAÇÃO

Senado aprova medidas para fortalecer o ensino público

O piso de R\$ 950 para professores foi acolhido pelo Plenário, juntamente com a garantia de mais recursos para a educação, a criação de cargos no ensino superior e a reserva de vagas em universidades federais para alunos da rede pública.

O projeto que institui o piso salarial nacional para os professores da educação básica foi aprovado pelo Plenário do Senado na semana passada, após esforço conjunto envolvendo as comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Educação (CE), que aprovaram o texto horas antes.

No dia seguinte, os presidentes do Senado, Garibaldi Alves, e da Câmara, Arlindo Chinaglia, acompanhados de deputados, senadores e representantes de entidades ligadas à educação, foram ao Palácio do Planalto entregar em mãos o texto ao presidente Lula. Ele prometeu sancionar a lei até 16 de julho.

A proposta (PLS 59/04), de Cristovam Buarque (PDT-DF) e relatada na CE por Ideli Salvatti (PT-SC), prevê o piso salarial de R\$ 950 para 40 horas semanais de trabalho. O benefício será estendido aos aposentados e pensionistas da categoria. O reajuste integral seria concedido a partir de janeiro de 2010. Até lá, os profissionais receberão, a cada ano, um terço da diferença entre

o valor atual e o piso.

O projeto também determina que no mínimo um terço das 40 horas deverá ser reservado a atividades extraclasse – o que, segundo Ideli, é uma reivindicação “histórica” da categoria.

União deverá complementar valores

Aqueles municípios ou estados que não tiverem recursos para pagar os reajustes, explicou a senadora, receberão da União a complementação dos valores, por meio de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Ideli ressaltou que a categoria reivindica o estabelecimento de piso salarial desde 1989. Ela lembrou que já houve outras oito iniciativas com esse objetivo na Câmara, sem, no entanto, chegar à análise do Senado, e salientou que os ministros da Justiça, Tarso Genro, e da Educação, Fernando Haddad, estabeleceram com Cristovam Buarque as condições para a aprovação do projeto.

Verbas da educação podem ficar livres da DRU em 2011

A partir de 2009, até 2010, os percentuais da Desvinculação de Receitas da União (DRU) sobre as verbas destinadas à manutenção e desenvolvimento do ensino previstos na Constituição serão reduzidos gradualmente, conforme proposta de emenda à Constituição (PEC 96/03) aprovada pelo Plenário. Em 2011, a DRU para a educação deverá estar extinta. Com isso, o governo não poderá mais destinar essas receitas para outras finalidades, inclusive o pagamento da dívida. A PEC é da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) e será agora examinada pela Câmara.

Para que a aprovação pudesse ocorrer, líderes partidários concordaram em realizar num único dia as sessões de discussão que ainda faltavam para concluir o exame da matéria, bem como os dois turnos de votação. No primeiro, a PEC foi aprovada com 58 votos favoráveis e nenhum voto contrário, nem abstenções, e no segundo turno com 52 votos.

Renovada em dezembro pelo Congresso, a DRU autoriza o governo a desvincular 20% de

todos os tributos condicionados a gastos específicos – exceto as contribuições patronais e dos empregados para a Previdência – e destinar os recursos para outros gastos urgentes. O mecanismo foi criado na primeira gestão de Fernando Henrique Cardoso, para dar ao governo maior flexibilidade no enfrentamento da crise fiscal (desequilíbrio entre receitas e despesas) naquele momento.

O percentual de desvinculação será reduzido à metade (10%) em 2009, caindo para 5% em 2010, por força de emenda apresentada pelo relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o falecido senador Jefferson Péres. Originalmente, Ideli previa três anos até a extinção, com queda gradual no percentual de incidência para 15%, em 2008, 10%, em 2009 e, por fim, 5%, em 2010.

A proposta foi aprovada com o apoio da oposição. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), disse que depois de 15 anos de estabilidade econômica a economia do país amadureceu e, dessa forma, pode suportar um passo ousado.



Ao lado de parlamentares e representantes da educação, Garibaldi entrega projeto do piso a Lula

Até 50% das vagas federais para alunos da rede pública

Os estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escolas públicas terão direito a pelo menos metade das vagas a serem oferecidas por instituições federais de ensino superior e de educação profissional e tecnológica. A medida consta de projeto (PLS 546/07) da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) aprovado na terça-feira em decisão terminativa pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

De acordo com o projeto, parte dessas vagas deverá ser preenchida, em cada curso e em cada turno, por estudantes que se declarem negros e índios, pelo menos em igual proporção à participação de negros e índios na população da unidade da Federação onde estiver localizada a instituição de ensino. Por emenda do relator Paulo Paim (PT-RS), pessoas com deficiência terão acesso às vagas reservadas independentemente

Eleição direta para escolha de diretores das escolas

Os diretores das escolas públicas de educação básica de todo o país deverão ser escolhidos por meio de eleições diretas, e terão mandato de até dois anos, com direito a uma reeleição, de acordo com proposta (PLS 344/07) de Ideli Salvatti (PT-SC) aprovada pela CE em decisão terminativa, mas com modificações apresentadas pela relatora, Fátima Cleide (PT-RO). A principal mudança, sugerida por Marconi Perillo (PSDB-GO) e encampada pela relatora, foi a exclusão da expressão “preferencialmente”, que constava do inciso em que se determinava a realização das eleições diretas. A expressão havia sido incluída no texto para contemplar um pedido feito pelo governo de São Paulo, onde a escolha dos diretores de escolas seria feita por meio de concursos públicos – e não de eleições, informou Fátima Cleide.

do fato de terem feito o ensino básico em escolas públicas.

O texto que foi submetido à CE previa inicialmente a reserva de vagas apenas para as instituições federais de educação profissional e tecnológica. A inclusão de instituições de ensino superior foi sugerida durante o debate por Marconi Perillo (PSDB-GO) e prontamente aceita pela autora e pelo relator do projeto.

A comissão aprovou também, em decisão terminativa, projeto (PLS 44/08) de Gerson Camata (PMDB-ES) que define 2009 como o Ano da Educação Profissional e Tecnológica e o dia 23 de setembro como o Dia Nacional dos Profissionais de Nível Técnico.

Entre outros projetos aprovados em decisão terminativa, está o PLS 733/07, de Paulo Duque (PMDB-RJ), que institui 26 de julho como Dia Nacional do Arqueólogo.

Novos cargos para instituições de ensino superior

A Comissão de Educação concordou com a criação de cargos no âmbito do Ministério da Educação destinados a instituições federais de ensino superior. A proposta (PLC 30/08) determina que serão 2.300 cargos efetivos de professor para a carreira do magistério superior e 1.075 cargos técnico-administrativos para diversas áreas. O relator, Wellington Salgado (PMDB-MG), avalia que esses profissionais são necessários para melhorar a eficiência do ensino público no país. Ele ressaltou que as instituições de ensino superior concentram-se em regiões mais ricas e, na maioria das vezes, são instaladas pela iniciativa privada, o que dificulta o acesso dos jovens carentes ao ensino superior. Ideli Salvatti (PT-SC) disse que a aprovação regular de escolas técnicas também demandará profissionais especializados.

PILHAS – Aprovado pela Comissão de Meio Ambiente (CMA) projeto do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que obriga os estabelecimentos que comercializam pilhas e baterias a receber, dos consumidores, as unidades usadas – para posterior recolhimento por fabricantes ou importadores.

A proposta (PLS 714/07) foi relatada por Renato Casagrande (PSB-ES), que acrescentou emenda responsabilizando fabricantes e importadores de pilhas e baterias pela destinação final e adequada do material.

SERPRO – A proposta de emenda à Constituição (PEC 6/04) que assegura estabilidade funcional a cerca de 2 mil servidores do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça na última quarta-feira. Esses funcionários estavam cedidos à Secretaria da Receita Federal.

TRANSPARÊNCIA – Os estados, o Distrito Federal e os municípios com mais de 100 mil habitantes serão obrigados a colocar na internet a relação de beneficiários, valores e respectivos períodos de vigência do programa Bolsa Família. Do contrário, o repasse de recursos será suspenso. É o que determina projeto (PLS 17/05) aprovado na CCJ.

MUDANÇA – A CCJ aprovou ainda projeto de decreto legislativo (PDS 55/08) de Valter Pereira (PMDB-MS) que convoca plebiscito sobre proposta de mudança de fuso horário no estado de Mato Grosso do Sul. Atualmente, o estado tem fuso horário fixado pela hora de Greenwich, ou seja, está com uma hora a menos que Brasília.

TECNOLOGIA – Os senadores também acataram projeto do Executivo (PLC 94/08) que autoriza a criação da empresa pública Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec), vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia. A Ceitec atuará no âmbito das tecnologias de semicondutores e áreas correlatas.

ELEIÇÕES Quase cem congressistas são candidatos nas eleições municipais. Campanha começou no fim de semana

Parlamentares buscam prefeituras

Com quatro senadores e quase 90 deputados federais como participantes, as eleições municipais deste ano começaram para valer. Desde domingo, passou a ser permitida propaganda eleitoral, comícios e uso de carros de som. O horário político gratuito em rádio e TV começa em 19 de agosto.

O prazo de registro das candidaturas se encerra nesta segunda-feira, mas, até a última quarta-feira, dos 513 deputados federais, 79 estavam confirmados para concorrer a prefeito e outros seis a vice. O número final de congressistas em busca de um cargo executivo deve repetir a média histórica, apurada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap): menos de cem, dos quais cerca de metade consegue se eleger.

Dos quatro senadores que vão disputar o pleito de outubro, três concorrem a capitais. No Rio de Janeiro, foi confirmada a candidatura do senador Marcelo Crivella (PRB), coligado com PR e PSDC. Em Fortaleza, o PDT oficializou o nome de Patrícia Saboya, apoiada ainda pelo PSDB e PTB. O PMDB escolheu o senador Almeida Lima para disputar o comando de Aracaju, associado a outras seis legendas (PHS, PV, PTB, PRTB, PTC e PTdoB). Finalmente, Wellington Salgado (PMDB) tentará eleger-se prefeito de Uberlândia (MG).

Entre os deputados, o PT terá o maior número de congressistas candidatos (17). O PMDB terá 12. Em alguns estados, o índice de participação é bastante elevado. Na Bahia, por exemplo, nada menos que dez federais buscarão os votos para prefeito e vice. Há capitais como São Luís, onde seis dos 18 deputados federais inscreveram-se na disputa.

No Rio de Janeiro, quatro dos nove

adversários de Crivella são também congressistas: os deputados Solange Amaral (DEM), Chico Alencar (PSOL), Fernando Gabeira (PV) e Filipe Pereira (PSC). Porto Alegre registra quatro deputados federais entre os cinco primeiros colocados nas pesquisas. A exceção é o candidato à reeleição, o prefeito e ex-senador José Fogaça (PMDB).

O confuso quadro partidário e as regras eleitorais permitiram a formação de coligações reunindo partidos que, em tese, seriam adversários figadais. Os deputados Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM) e Márcio Marinho (PR) são adversários na Câmara, mas subirão no mesmo palanque em Salvador: ACM Neto é candidato a prefeito e Marinho é o seu vice.

Há ainda a "questão mineira": PSDB e PT não se bicam na esfera federal, mas em Belo Horizonte foi o governador tucano Aécio Neves e o prefeito petista Fernando Pimentel que uniram o nome de Márcio Lacerda, do PSB, para a prefeitura. O PT nacional vetou coligações com o PSDB, assim o apoio dos tucanos a Lacerda é "informal", aprovado na convenção estadual dos tucanos.

STF responde se político com "ficha suja" pode se candidatar

A campanha está nas ruas, mas uma das polêmicas só será esclarecida mês que vem pelo Supremo: se políticos respondendo pela prática de crimes podem participar das eleições.



Campanha eleitoral é permitida desde domingo, mas horário eleitoral na TV só começa em agosto

17 deputados do PT e dez do PMDB terão seus nomes nas urnas em outubro

Curiosidades da eleição

- Nas oito maiores cidades do país, o PT terá a parceria de nada menos que 19 partidos em coligações de diversos tamanhos nas disputas às prefeituras.
- O candidato que reúne mais partidos em uma coligação é João Costa (PT), no Recife. Seu nome é apoiado por outras 15 legendas.
- Das capitais, Porto Alegre terá o maior número de candidatas a prefeita: são quatro mulheres entre os nove postulantes.
- Se em alguns estados há muitos parlamentares concorrendo às prefeituras e vice-prefeituras, como no Rio e em São Paulo (9), em Mato Grosso do Sul nenhum deputado federal tentará a sorte nas urnas de outubro.
- Mesmo sendo uma eleição municipal, sobrenomes famosos e tradicionais da política aparecem nas disputas de outubro, como ACM Neto (Salvador), Beto Richa (Curitiba) e Luciana Genro (Porto Alegre).

O calendário eleitoral até o segundo turno

Os candidatos já foram registrados pelos partidos e Justiça Eleitoral vai divulgar candidaturas impugnadas, inclusive aquelas com "ficha suja", em 16 de agosto, quando começa propaganda na TV

Os candidatos nas capitais com maior número de eleitores

Os nomes, em ordem alfabética, foram divulgados na semana passada e as coligações foram fechadas nas convenções partidárias. Deputados federais e senadores compõem grande parte dos candidatos também nas grandes capitais

1º de julho

Desde esta data, os programas partidários de 30 minutos ou inserções de 30 segundos da propaganda gratuita em rádio e TV deixam de ser veiculados. Tampouco é permitida qualquer propaganda política paga no rádio e na televisão.

5 de julho

Sábado passado foi o último dia para partidos políticos e coligações apresentarem no cartório eleitoral, até as 19h, o requerimento de registro de seus candidatos aos cargos de prefeito, vice-prefeito e vereador.

6 de julho

Desde domingo passou a ser permitida a propaganda eleitoral, realização de comícios e utilização de aparelhagem de som, das 8h às 22h, nas sedes dos partidos ou em veículos.

7 de julho

Nesta segunda-feira é o último dia para os candidatos requererem seus registros, caso os partidos não o tenham feito.

Também é o prazo final para que o eleitor portador de deficiência comunique ao juiz eleitoral, por escrito, suas restrições e necessidades, a fim de que a Justiça Eleitoral providencie os meios e recursos para facilitar-lhe o exercício do voto.

8 de julho

Nesta terça-feira, o juiz eleitoral de cada município deve convocar os partidos e as emissoras de TV e de rádio para elaborar o plano de uso do horário eleitoral gratuito.

14 de julho

Segunda-feira que vem vence o prazo para que os partidos políticos constituam seus comitês financeiros.

21 de julho

Último dia para os partidos políticos registrarem os comitês financeiros.

6 de agosto

Data em que os partidos, coligações e candidatos são

obrigados a discriminar os recursos recebidos para financiamento de campanha, além dos gastos realizados.

16 de agosto

Todos os pedidos de registro de candidatos, mesmo os impugnados, devem estar julgados pelo juiz eleitoral até essa data.

19 de agosto

Início da propaganda eleitoral no rádio e na TV.

6 de setembro

Nova publicação na internet dos recursos recebidos para financiamento de campanha.

20 de setembro

A partir desta data, nenhum candidato poderá ser preso, salvo em flagrante.

30 de setembro

Data a partir da qual nenhum eleitor poderá ser preso, salvo em flagrante ou em virtude de sentença criminal condenatória por crime inafiançável ou por desrespeito a salvo-conduto.

2 de outubro

Último dia da propaganda no rádio e na TV, e para a realização de comícios, reuniões públicas e debates.

3 de outubro

Último dia para a divulgação paga, na imprensa escrita, de propaganda eleitoral e para a propaganda em páginas institucionais na internet.

4 de outubro

Fim da propaganda mediante alto-falantes ou amplificadores de som e para a carreta e distribuição de material de propaganda política.

5 de outubro

Eleição para prefeitos, vice-prefeitos e vereadores.

26 de outubro

Haverá segundo turno nos municípios com mais de 200 mil eleitores em que nenhum candidato a prefeito tenha alcançado, na primeira votação, a metade dos votos mais um, excluídos os nulos e em branco.

São Paulo – 8.138.018 eleitores

Anaí Caproni	PCO
Ciro Moura	PTC-PTdoB
Edmilson Costa	PCB
Geraldo Alckmin	PSDB-PTB-PSL-PHS-PSDC
Gilberto Kassab	DEM-PMDB-PR-PV-PSC-PRP
Ivan Valente	PSOL-PSTU
Levy Fidelix	PRTB
Marta Suplicy	PT-PCdoB-PSB-PDT-PTN-PRB
Paulo Maluf	PP
Renato Reichman	PMN
Soninha Francine	PPS

Rio de Janeiro – 4.544.808 eleitores

Alessandro Molon	PT
Chico Alencar	PSOL
Eduardo Paes	PMDB-PTB-PP
Eduardo Serra	PCB
Fernando Gabeira	PV-PSDB-PPS
Filipe Pereira	PSC
Jandira Feghali	PCdoB-PTN-PRTB-PHS-PSB
Marcelo Crivella (1)	PRB-PR-PSDC
Paulo Ramos	PDT
Solange Amaral	DEM-PTC
Vinicius Cordeiro	PTdoB

Belo Horizonte – 1.750.135 eleitores

Gustavo Valadares	DEM
Jô Moraes	PCdoB-PRB
Jorge Periquito	PRTB
Leonardo Quintão	PMDB-PHS
Márcio Lacerda	PSB-PT (*)
Sérgio Miranda	PDT
Vanessa Portugal	PSTU-PSOL

(*) Apoio informal do PSDB decidido em convenção regional.

Salvador – 1.731.211 eleitores

ACM Neto	DEM-PR-PRB-PTC-PTN-PSDC-PTdoB-PRP
Antonio Imbassahy	PSDB-PPS
Hilton Coelho	PSOL-PSTU-PCB
João Henrique Carneiro	PMDB-PTB-PP-PDT-PSC
Walter Pinheiro	PT-PSB-PCdoB-PV

Fortaleza – 1.458.419 eleitores

Adahil Barreto	PR
Gastão Bittencourt	PPS
Luizianne Lins	PT-PV-PSB
Moroni Torgan	DEM-PP
Pastor Neto Nunes	PSC
Patrícia Saboya (1)	PDT-PSDB-PTB
Renato Roseno	PSOL

Curitiba – 1.242.314 eleitores

Beto Richa	PSDB-DEM-PSB-PDT-PPS-PP-PSL-PR-PSDC-PTdoB
Bruno Meirinho	PSOL
Carlos Moreira Jr.	PMDB
Fábio Camargo	PTB-PRTB
Gleisi Hoffmann	PT-PSC-PHS-PTC-PRB-PMN
Maurício Furtado	PV
Ricardo Gomyde	PCdoB

Recife – 1.091.926 eleitores

Carlos Eduardo Cadoca	PSC-PPS-PV-PP-PTC
Edilson Silva	PSOL
João Costa	PT-PSB-PTB-PDT-PR-PMN-PHS-PTN-PRB-PTdoB-PSL-PRP-PRTB-PGT-PSDC-PCdoB
Kátia Telles	PSTU
Mendonça Filho	DEM
Raul Henry	PMDB-PSDB

Porto Alegre – 1.029.450 eleitores

André Tiago Tartas	PCO
José Fogaça	PMDB-PDT-PTB
Luciana Genro	PSOL-PV
Manuela D'Ávila	PCdoB-PPS-PSB-PR-PMN-PTN-PTdoB
Maria do Rosário	PT-PRB
Nelson Marchezan Jr.	PSDB-
Onyx Lorenzoni	DEM-PP-PSC
Paulo Rogowski	PHS
Vera Guasso	PSTU-PCB

MUNICÍPIOS O Plenário terá de discutir os pontos discordantes, o que deve atrasar o envio do projeto à Câmara



Sérgio Zambiasi, autor da PEC que devolve aos estados poder para legislar sobre emancipação

Eduardo Azeredo propõe salário simbólico para vereadores nos anos iniciais

Jereissati diz que proposta é rigorosa para coibir abusos verificados após Carta de 88

Cidades têm existência ameaçada por falta de lei

A falta de regulamentação de parágrafo do artigo 18 da Constituição ameaça a existência de 27 municípios brasileiros. Eles poderão ser extintos gradativamente, segundo a Confederação Nacional dos Municípios, se até 16 de novembro deste ano o Congresso não tiver aprovado a legislação que regulamentará o dispositivo constitucional, com a fixação de períodos e regras para as emancipações municipais.

A criação desses municípios esbarrou no imbróglio jurídico que se formou após setembro de 1996, com a publicação da Emenda Constitucional 15. A emenda retirou das assembleias legislativas estaduais a competência de definir os critérios para emancipar novas localidades.

O retorno dessa atribuição para a esfera federal breiou a "febre" de formação de novos municípios, desencadeada após a Constituição de 1988. Muitos deles não apresentavam viabilidade econômica e se tornaram, na avaliação de especialistas e integrantes do governo federal, verdadeiros cabides de emprego para atender a interesses eleitoreiros e fontes de desperdício do dinheiro público, com mau uso, por exemplo, do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Só que a ausência da lei complementar e da lei ordinária que disciplinariam a Emenda 15

provocou disputas judiciais que acabaram no Supremo Tribunal Federal (STF). De acordo com a CNM, a maior parte das ações que questionam a constitucionalidade desses 27 municípios criados após a Emenda 15 (veja lista) foi apresentada por partidos políticos.

O Supremo declarou a inconstitucionalidade desses municípios. Entre eles, está Luís Eduardo Magalhães, responsável por cerca de 60% da produção de grãos da Bahia (especialmente soja), criado em março de 2000. Mas a corte resolveu inovar, não decretando a extinção imediata deles. Concedeu prazo de 24 meses após a publicação de cada acórdão para fazer cumprir sua decisão. Os prazos comecem a expirar depois de novembro deste ano. Esses municípios passaram a ser chamados de "fictícios".

Outro fato aumentou esse imbróglio. Em março de 2006, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso entrou com ação direta de inconstitucionalidade (ADI 3.682-3) junto ao Supremo buscando declarar a omissão do Congresso em legislar sobre a criação de municípios. Em 17 de maio de 2007, o STF reconheceu essa omissão e, apesar de não poder impor obrigações ao Congresso (autonomia dos Poderes), concedeu prazo de 18 meses, que terminam em novembro deste ano, para que o Legislativo encontre uma solução.

Regras para criar novos municípios vão demorar

O Senado pode demorar para definir as regras de criação de novos municípios. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou, na quarta-feira, o texto de Tasso Jereissati (PSDB-CE) em substituição ao projeto (PLS 98/02) de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) que trata do tema. Mas várias pendências ficaram para ser discutidas em Plenário, o que pode atrasar o envio do projeto à Câmara, encurtando ainda mais o prazo que o Congresso tem, até novembro deste ano, para aprovar a nova legislação que irá regulamentar a Emenda Constitucional 15 e solucionar as disputas judiciais que chegaram ao Supremo Tribunal Federal. O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), diz que ainda não há acordo para votar o projeto essa semana.

Uma das pendências é o critério populacional para viabilizar a criação de novos municípios em cada região. Apesar da discordância dos senadores Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Jereissati não está disposto a reabrir as discussões sobre o mínimo de 15 mil habi-

tantes no Sul e Sudeste e 10 mil no Centro-Oeste e Nordeste para viabilizar futuros municípios nessas regiões (veja nesta página).

- A proposta é realmente rigorosa - admite Jereissati. Ela coíbe os abusos ocorridos após a Constituição de 1988, que culminaram na proliferação de municípios, muitos sem viabilidade econômica e financeira, na avaliação do senador, que construiu a última versão do seu texto incorporando sugestões do próprio governo. Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica

Aplicada (Ipea), citado no relatório, mostra que 94,5% dos 1.405 novos municípios instalados entre 1984 e 1997 tinham menos do que 20 mil habitantes.

O texto aprovado na CCJ impõe várias condições para a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios. Em qualquer caso, o requerimento às assembleias estaduais precisa ser subscrito por no mínimo 10% dos eleitores residentes no distrito que pretende se emancipar. Levantamento da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) revela que há 806 novos pedidos de emancipação municipal.

Para evitar que as comportas se abram novamente, Jereissati reforçou os requisitos a serem comprovados, preliminarmente, no estudo de viabilidade municipal. Precisa haver, por exemplo, núcleo urbano constituído, com infra-estrutura, edificações e equipamentos compatíveis com a condição de município. A área urbana não pode estar situada em reserva indígena, área de preservação ambiental ou pertencente à União. O eleitorado tem que ser igual ou superior a 50% da sua população.

Há também regras rígidas para a comprovação das viabilidades econômico-financeira, político-administrativa e socioambiental dos novos municípios. Para Zambiasi e Azeredo, ainda é preciso calibrar melhor as exigências para não impedir o desenvolvimento de regiões carentes.

Estudo da CNM, que analisou 2.918 municípios no período de 1996 e 2006, contrapõe a tese de empobrecimento dos antigos municípios-sede. A perda de receita só ocorre no primeiro ano da emancipação. A partir do segundo ano, o estudo revela que, em geral, o novo município começa a gerar receita própria e consumir bens e serviços da antiga sede, recompondo o caixa do município-mãe.

Número de habitantes provoca divergências

A exigência de um mínimo de 15 mil habitantes para a formação de futuros municípios nas regiões Sul e Sudeste e de 10 mil no Centro-Oeste e Nordeste tornou-se o grande ponto de divergência em relação ao substitutivo de Tasso Jereissati aprovado na CCJ.

Tanto Sérgio Zambiasi, autor da proposta de emenda constitucional (PEC 13/03) de iniciativa das assembleias legislativas que devolve aos estados a competência de legislar sobre as emancipações municipais, quanto Eduardo Azeredo, relator na comissão, consideram essa regra muito restritiva. Segundo a Confederação Nacional dos Municípios, somente 8% dos 590 municípios criados após 1996 atenderiam ao critério populacional proposto por Jereissati.

O relatório de Azeredo sobre a PEC, entregue à CCJ, prevê um

mínimo de 6 mil habitantes para as localidades que querem se emancipar no Sul, Sudeste e Nordeste, e de 5 mil no Centro-Oeste e Norte. Jereissati e Azeredo só concordam com o critério populacional para a região Norte. "No Rio Grande do Sul, temos cerca de 300 municípios com menos de 15 mil habitantes. Com a nova regra, não haveria condições de oportunizar a criação de novos municípios e frear as migrações das regiões mais pobres do estado", avalia Zambiasi.

Os senadores concordam que as regras precisam coibir abusos e a proliferação desenfreada de novos municípios, como ocorria antes da Emenda 15, de 1996. Mas diferem na forma de atacar o problema. A PEC 13, que tramita desde 2003 e já passou por quatro relatores na CCJ, onde está sendo

reexaminada depois de já ter ido a Plenário, define alguns requisitos nacionais para emancipação, como o critério populacional, plebiscito nas localidades e proibição de realizar esses processos em anos eleitorais.

Eduardo Azeredo, que deve negociar com o presidente da CCJ, Marco Maciel (DEM-PE), a possibilidade de votar o seu relatório extrapauta nessa semana, introduziu novidade que promete gerar polêmica. Os vereadores receberão um salário simbólico nos oito anos iniciais dos novos municípios, correspondendo a no máximo 2% dos subsídios dos deputados estaduais.

- Isso incentiva a ser vereador só quem realmente acredita que a qualidade de vida do distrito irá melhorar com sua emancipação - justifica o senador mineiro.

Ausência de regulamentação da Emenda 15 provocou disputas no STF

A partir de novembro, 27 localidades "fictícias" podem ser extintas

Após a publicação da Emenda Constitucional 15, foram considerados inconstitucionais pelo STF 27 municípios. Mas eles não foram imediatamente extintos e são considerados "fictícios".

UF	Município	Criação	Instalação
RN	Jundiá	1997	2001
PI	Pau d'Arco do Piauí		
GO	Campo Limpo de Goiás		
GO	Ipiranga de Goiás		
GO	Lagoa Santa	1998	
MT	Curvelândia		
MT	Rondolândia		
MT	Santo Antônio do Leste		
ES	Governador Lindenberg		
MT	Colniza	1999	
GO	Gameleira de Goiás		
MT	Nova Santa Helena		
RJ	Mesquita		
MT	Bom Jesus do Araguaia		
MT	Novo Santo Antônio		
MT	Serra Nova Dourada		
MT	Conquista D'Oeste		
MT	Nova Nazaré		
MT	Santa Cruz do Xingu		
MT	Santa Rita do Trivelato	2000	
MT	Vale de São Domingos		
BA	Barrocas	2000	
BA	Luís Eduardo Magalhães		
PI	Aroeiras do Itaim	1999	2005
MT	Ipiranga do Norte	2000	
MT	Itanhanga		
MS	Figueirão	2003	

ENERGIA Alta do petróleo e preocupação com efeito estufa criam ambiente mundial favorável às usinas atômicas

Brasil deve investir em energia nuclear

A retomada do programa nuclear brasileiro, acompanhando um movimento mundial, foi defendida por todos os participantes da audiência pública promovida na semana passada pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

Durante o debate, o presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), Odair Dias Gonçalves, informou que existem atualmente 24 usinas em construção no mundo e que o número total deve dobrar até 2030.

Tudo isso, a seu ver, por causa de fatores como o aumento do preço do petróleo e a preocupação com o efeito estufa, já que usinas nucleares não emitem gases que provocam o aquecimento do planeta. Ele ressaltou que “o Brasil é um dos três países do mundo que dominam toda a tecnologia do ciclo do combustível e também possuem urânio”.

O presidente das Indústrias Nucleares do Brasil (INB), Alfredo Tranjan Filho, disse que a reserva brasileira de urânio, atualmente a sexta maior do mundo, poderá dentro de alguns anos passar à



Alfredo Tranjan Filho, Carlos Passos Bezerril e o senador Gim Argello: Brasil tem reservas de urânio e tecnologia para construir seu próprio reator

segunda ou terceira colocação. Com apenas 30% do território pesquisado, o país já aferiu 309 mil toneladas de urânio, isso sem contar duas jazidas localizadas na Amazônia que, segundo Tranjan, devem dobrar as reservas.

– As providências já estão tomadas para atender às necessidades futuras do programa nuclear brasileiro – assegurou ele.

O primeiro reator nuclear a ser produzido no país, com tecnologia nacional, deverá iniciar as suas operações em 2014, anun-

ciou na semana passada Carlos Passos Bezerril, diretor do Centro Tecnológico da Marinha.

O Laboratório de Geração Nuclear-Elétrica (Labgene), onde será instalado o reator, já começou a ser construído em Aramar (SP). O reator que vai funcionar ali será idealizado com a dupla função de mover um submarino nuclear e fornecer energia elétrica.

– O complexo estará concluído em 2014, quando poderemos comprovar a nossa tecnologia – afirmou Bezerril.

Augusto Botelho (PT-RR) disse que o orçamento público destinado ao programa nuclear cresceu depois que o tema começou a ser debatido no Senado. Para o senador, o programa da Marinha para a construção de um submarino nuclear terá de “ser acelerado” depois das descobertas de jazidas de petróleo em águas profundas da plataforma continental do Brasil.

Romeu Tuma (PTB-SP), que propôs a audiência, lamentou que a Marinha nunca tenha recebido do governo federal os royalties a que teria direito pela exploração de petróleo na plataforma continental. Já Flávio Arns (PT-PR) alertou para a necessidade de formação de recursos humanos para o setor.

Isenção de impostos para medicina nuclear

A CCT debateu também o atual estágio do desenvolvimento

nuclear na área da saúde. Em sua exposição, o presidente da Sociedade Brasileira de Biologia, Medicina Nuclear e Imagem Molecular, José Soares Júnior, informou que aproximadamente 70% do preço de equipamentos de diagnóstico usados pela medicina nuclear referem-se a impostos.

Para a médica Nise Hitomi Yamaguchi, assessora do Ministério da Saúde, existe uma “deficiência de acesso” da população aos serviços de diagnóstico e tratamento por meio da medicina nuclear.

Tuma sugeriu que se promovesse, também na CCT, um debate a respeito da isenção de impostos sobre equipamentos que se destinem ao atendimento da “população carente” com participação de representantes do governo e dos médicos especializados no setor. Arns propôs a criação de um grupo de trabalho envolvendo o Senado e as autoridades convidadas para apontar as prioridades do setor. Augusto Botelho pediu aos convidados para enviarem sugestões de projetos de lei à comissão ainda neste mês.

Quatro décadas de história

Os governantes militares começaram o programa nuclear brasileiro na década de 70 com a previsão de construir três usinas na região de Angra do Reis, litoral do Rio de Janeiro. A primeira delas, Angra 1, foi inaugurada em 1982. Angra 2 só ficou pronta em 2001. A terceira deverá entrar em operação em 2013.

A demora na construção das usinas contribuiu para que a participação da energia atômica na matriz energética brasileira seja pífia: atingiu o pico de 2% em 2001, caindo para 1,6% em 2006. No mundo, as usinas nucleares são a terceira entre as fontes de energia, respondendo por 17%.

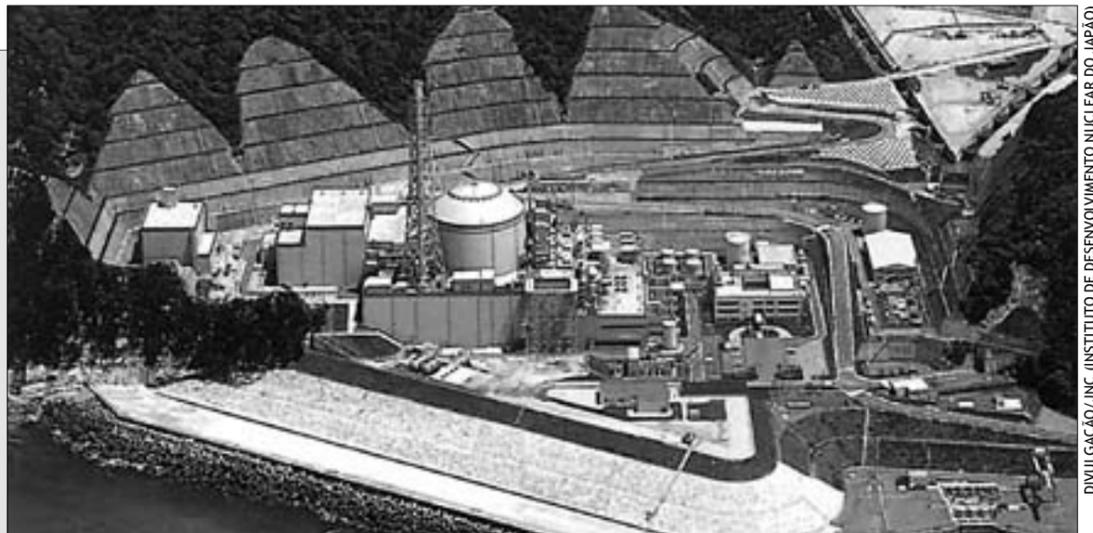
O governo brasileiro planeja, além de terminar Angra 3, construir mais quatro usinas - duas no Nordeste e duas no Sudeste. Para comparar, a China está construindo sete usinas, a Rússia - que já é uma das maiores potências atômicas, com 30 usinas - está

erguendo seis, assim como a Índia. Os Estados Unidos têm o maior parque nuclear (mais de 100 usinas), seguidos de França (59) e Japão (54).

Um forte argumento em defesa do uso da energia gerada a partir do átomo pelo Brasil é a fartura de recursos minerais. O país tem reservas de urânio, elemento usado para abastecer as usinas, superiores a 300 milhões de toneladas - a sexta maior do mundo.

Outro argumento favorável é a necessidade de diversificação da matriz energética para que o país não fique refém de uma ou outra fonte de energia, como acontece com o gás natural importado da Bolívia. Um dos argumentos contrários diz respeito ao custo. Estima-se que Angra 3, por exemplo, terá consumido R\$ 7,2 bilhões quando estiver concluída.

No entanto, não se sabe ao certo o que fazer com o chamado lixo atômico, o material radioativo



Vista aérea da usina nuclear de Monju, no Japão: reator é considerado o mais moderno do mundo

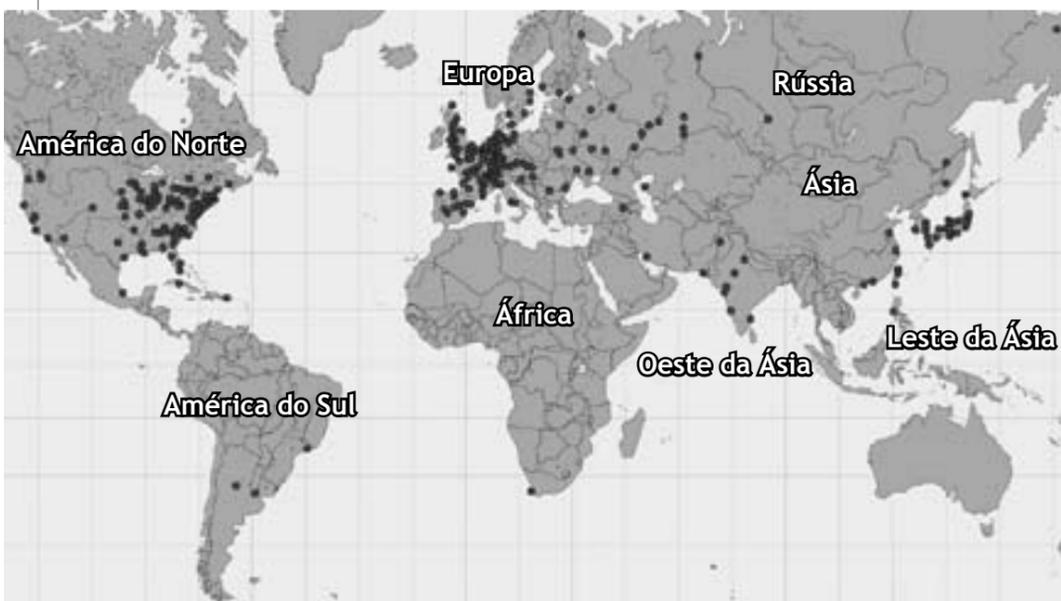
resultante da operação das usinas - volume que costuma ser de algumas toneladas por ano. Angra 1 e Angra 2 guardam o lixo dentro do próprio complexo, mas não existe uma solução definitiva.

Uma das hipóteses aventadas é a criação de depósitos subterrâneos, a até mil metros de

profundidade. Outra é a construção das chamadas usinas de quarta geração, que aproveitam os rejeitos de outras usinas como combustível. Um exemplo dessa tendência é a usina de Monju, no Japão, cujo reator é tido como o mais moderno do planeta hoje.

O problema, novamente, é

a complexidade do projeto. A construção de Monju começou em 1986, parou em 1999 - quando uma falha no sistema de resfriamento provocou um incêndio - e foi retomado há três anos. Já custou US\$ 6 bilhões. Se nada der errado, deve começar a funcionar neste ano.



Fontes: revista Exame; International Nuclear Safety Center

• Usinas nucleares prontas

Geografia do átomo

O mundo tem hoje **443 usinas nucleares prontas e 37 em construção***

Quem tem mais usinas

1	EUA	104
2	França	59
3	Japão	54
4	Grã-Bretanha	32
5	Rússia	30
6	Canadá	20
7	Alemanha	19
8	Coréia	16
9	Índia	14
10	Ucrânia	13
24	Brasil	2

Quem está construindo mais

1	China	7
2	Índia	6
	Rússia	6
3	Coréia	4
4	Japão	3
5	República Checa	2
	Irã	2
	Finlândia	1
6	Taiwan	1
	Coréia do Norte	1

* Dados de 2007

AMAZÔNIA Legislação precária contrasta com a realidade de fraudes e de aumento da propriedade de terras brasileiras por pessoas e empresas internacionais, que exploram recursos naturais sem controle do poder público, ameaçando a soberania nacional

Estrangeiros avançam sobre Amazônia Legal

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) tem registrados 5,5 milhões de hectares (33 mil imóveis) de terras adquiridas por estrangeiros, dos quais 3,1 milhões (56%) estão na Amazônia Legal. Mas segundo o presidente do Incra, Rolf Hackbart, o número na região pode ser cinco vezes maior.

A legislação limita a compra de fazendas por pessoas e empresas estrangeiras, mas não por empresas brasileiras de capital externo. Isso, de acordo com o Incra, faz com que estrangeiros criem empresas no país utilizando "laranjas" e organizações não-governamentais (ONGs) para adquirir terras.

Há que se considerar ainda as terras griladas – usurpação de terras públicas da União e dos estados com falsas escrituras de propriedade – que não aparecem em registros oficiais.

– É preciso estabelecer limites para garantir a soberania nacional. A atual legislação permite a ocupação desenfreada de terras por estrangeiros, mascaradas

com a justificativa de serem adquiridas por empresas brasileiras – afirma Hackbart.

O procurador da República no Pará, Felício Pontes Júnior, afirma que 24% da área da Amazônia Legal (com um total de 508 milhões de hectares) são privados e podem ser comercializados.

– O restante é área pública. Por isso, quem comprar imóvel fora desse limite nunca conseguirá tomar posse legalmente da terra. A venda de áreas pela internet é um estelionato ambiental e há má-fé de alguns estrangeiros – afirma o procurador.

Ainda assim, os maiores grileiros na Amazônia ainda são brasileiros, segundo Pontes Júnior.

Senado analisa o tema e governo prepara medidas

A demanda por terras preocupa o Senado, que realizou audiência pública para tratar do tema (*veja mais nesta página*). O governo, por meio da Secretaria Nacional de Justiça, Polícia Federal, Fundação Nacional do Índio (Funai) e Ministério da Defesa estuda medidas para impedir a ação de

estrangeiros na Amazônia.

Inicialmente, o Incra ficará responsável pelo recadastramento dos imóveis rurais de estrangeiros e de entidades sem fins lucrativos financiadas por recursos internacionais na Amazônia.

Os estrangeiros que quiserem passar por terras indígenas ou áreas de proteção ambiental também terão, até o fim deste ano, de apresentar visto temporário ou registro de permanência que deverá ser concedido pelos ministros da Justiça e da Defesa.

Além de visarem combater a venda de terras para estrangeiros, as medidas procuram coibir a biopirataria. Quem descumprir o decreto, que deverá ser publicado em setembro, pagará multa entre R\$ 5 mil e R\$ 100 mil.

Para o senador Jayme Campos (DEM-MT), o governo não tem meios efetivos de fiscalização. Já o senador João Pedro (PT-AM) pede que o acesso de estrangeiros e ONGs às terras da Amazônia seja disciplinado.

– Precisamos de uma legislação que trate a Amazônia estratêgicamente – disse.



Policial federal retira dois invasores encontrados em área indígena dos caiaopós, no estado do Pará

A terra para os outros

Restrições para a compra de terras brasileiras por estrangeiros	
Até 3 MEI*	Aquisição livre (exceto segurança nacional ou segunda aquisição)
4 a 20 MEI	Autorização do Incra, sem projeto
21 a 50 MEI	Autorização do Incra e projeto de exploração
51 a 100 MEI (pessoa física)	Autorização especial do Congresso Nacional
Acima de 101 MEI (pessoa jurídica)	Autorização especial do Congresso Nacional

Fonte: Incra

* Módulo de Exploração Indefinida: Unidade de medida de área expresso em hectares, que varia entre 5 a 100 hectares, de acordo com a região do país.

Livro aponta saídas para reverter ocupação ilegal

O livro *Quem é dono da Amazônia? Uma análise do recadastramento de imóveis rurais*, publicado este ano pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), discute ações integradas e analisa medidas do governo, após três recadastramentos, para retomar terras ilegalmente ocupadas.

O estudo, realizado pelos engenheiros florestais Paulo Barreto e Sanae Hayashi, pela bióloga Andréia Pinto e pela advogada Brenda Brito, mostra que houve avanços como o cancelamento do cadastro de cerca de 20 milhões de hectares de imóveis irregulares, grande parte dos quais teria sido transferida para a criação de unidades de conservação após 2002.

Mas ainda há pendências, como processos inconclusos de revisão de 56 milhões de hectares e mais de 40 milhões de hectares de posses que estão irregulares.

“A incerteza sobre a situação fundiária na Amazônia tem causado conflitos sociais e dificultado a implantação de projetos de conservação e de desenvolvimento econômico. Existem propriedades com documentos falsos e posses informais cuja localização é desconhecida e sobre as quais restam dúvidas”, resumem os autores.

Conforme levantamento do grupo, cerca de 20 milhões de hectares (4% do território) são propriedades com cadastros validados pelo Incra, mas 158 milhões (32%) são áreas supostamente privadas que não têm qualquer verificação do instituto.

Ai está situada boa parte dos posseiros, que tiveram cadastros cancelados, proprietários de grandes imóveis que apresentaram documentos estaduais, outros grupos que esperam por revisão



documental do Incra e imóveis menores, de 5 mil hectares, que também ainda não fizeram parte do recadastramento do Incra (*veja quadro*).

Os autores do estudo sugerem cinco medidas para regularizar a questão fundiária na Amazônia. Primeiro, é o que eles chamam de “esclarecer as regras para as situações ainda pendentes”.

“A complexidade e escala dos problemas de gestão fundiária na Amazônia poderiam ser reduzidas se as regras fossem claras e interpretadas consistentemente”, dizem.

É preciso ainda investir na regularização fundiária, combatendo “os posseiros de má-fé e regularizando rapidamente os de boa-fé”; acelerar a criação de um cadastro único para aumentar a eficácia da gestão fundiária; evitar novas ocupações irregulares; e estabelecer um consenso entre governo, autoridades ambientais e fundiárias estaduais, ONGs e agronegócio para a adoção das ações necessárias.

Grande fraude validou títulos provenientes de sesmarias

Dois portugueses morreram e deixaram aproximadamente 1.100 títulos provenientes de cartas de sesmarias de terras no Pará. Em 1975, Carlos Medeiros, reivindicando ser o herdeiro dos falecidos, iniciou um inventário e solicitou à Justiça a validação dos títulos de propriedade.

Esse processo judicial, que foi conduzido ilegalmente, resultou na validação desses títulos, que foram então registrados em cartórios em nome de Carlos Medeiros.

Uma investigação da Câmara dos Deputados estimou que essa fraude envolveu aproximadamente 35 milhões de hectares no Pará. Carlos Medeiros supostamente vendeu a terra (ou os títulos de terra) a várias pessoas.

No entanto, evidências sugerem que Carlos Medeiros era meramente um nome usado por um grupo de invasores de terra, uma vez que ele sempre foi representado por procuradores.

Os documentos que validaram esses títulos de propriedade desapareceram do cartório em 1981. Em seguida, em 1984, Carlos Medeiros solicitou a recuperação dos documentos em conjunto com Marinho de Figueiredo, que compraria algumas de suas terras. O pedido de Medeiros foi aceito e um juiz ordenou que todas as terras adquiridas por Marinho fossem registradas no cartório.

Após essa decisão, o Instituto de Terras do Pará (Iterpa) e promotores públicos iniciaram várias medidas para anular toda a fraude sob o nome de Carlos Medeiros. Inicialmente, o Iterpa foi capaz de anular o processo que validou os títulos de terra em nome de Carlos Medeiros. O instituto argumentou que o juiz não seguiu uma exigência básica, isto é, consultá-lo durante os processos. Além disso, os cartórios de registro de imóveis foram comunicados sobre o caso de fraude para impedir que esses imóveis fossem objetos de transação, mas poucos cumpriram a ordem.

Outras medidas foram tomadas para punir infratores e eliminar transações com documentos fraudulentos, inclusive investigações da polícia

e a suspensão dos oficiais de cartório. Todavia, supostos compradores das terras de Medeiros continuaram a requerer registro e regularização de terras. A investigação da polícia revelou que essas operações envolveram corrupção entre juízes, oficiais de cartório e advogados.

Em 2001, o Iterpa, o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público Estadual e o Incra solicitaram à Justiça Estadual do Pará o cancelamento de todos os registros de terra sob o nome de Carlos Medeiros. No mesmo ano, a Justiça Estadual ordenou a emissão de uma suspensão provisória de todos os registros (matrícula e registro) de Medeiros até uma decisão final da Justiça.

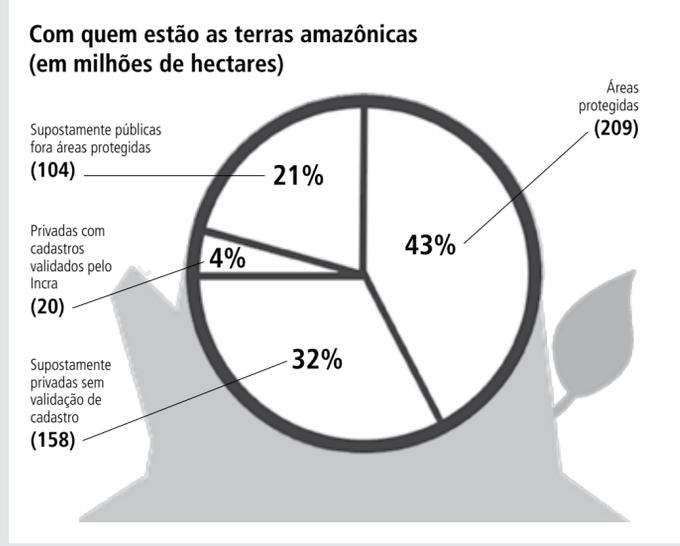
Em 2005, o presidente do Tribunal de Justiça do Pará determinou que tabeliães e juizes deveriam consultá-lo antes de iniciar qualquer

ação judicial relativa aos títulos de Medeiros. Contudo, essa ordem aparentemente não foi completamente cumprida.

No mesmo ano, o MPF iniciou oito ações civis públicas exigindo o cancelamento dos registros das terras de Medeiros, o cancelamento de planos de manejo florestal licenciados pelo Ibama nessas terras e a reparação de danos ambientais associados. Em outubro de 2006 nenhuma decisão havia sido alcançada sobre essas demandas.

Em resumo, o governo levou 18 anos para iniciar processos contra essa fraude (de 1975 a 1993) e 15 anos mais tarde o caso ainda não foi resolvido.

Fonte: *Quem é dono da Amazônia?*, livro publicado em 2008 pelo Imazon.



Especialistas defendem lei mais rigorosa

Tornar a legislação mais rígida é a maneira mais eficiente de reduzir a venda de terras brasileiras a estrangeiros e acabar com as ilegalidades. É o que defendem especialistas que participaram na semana passada de audiência pública sobre o tema na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Para o diretor-presidente do Instituto de Terras da Amazônia (Iteam), Sebastião de Souza Nunes, a venda crescente de terras a estrangeiros “fere a soberania nacional”.

– É fundamental corrigir distorções da lei que permitem a venda de terras não apenas na Amazônia, mas em todo o Brasil. Precisamos de uma lei moderna, que permita ao estrangeiro participar da economia nacional, mas com regras claras – afirmou.

Segundo a superintendente do Incra no Amazonas, Socorro Marques, os estrangeiros estão sendo beneficiados por um parecer da Advocacia Geral da União (AGU) que possibilita a compra de terras sem o devido controle pelo governo. Sem a revogação desse parecer, diz Socorro, o Incra não tem condições de atuar.

A Lei 5.709/71 estabelece restrições e regula a aquisição de imóveis rurais por estrangeiros residentes no país e pessoas

jurídicas estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil. Mas a Emenda Constitucional 6/95 revogou o artigo 171 da Constituição federal, que permitia distinção entre pessoas jurídicas de capital nacional e de capital estrangeiro.

Assim, para preencher lacunas deixadas pela Constituição, a AGU emitiu o Parecer 181/98 que determina: “Pessoa jurídica brasileira cujo capital societário, mesmo que participe pessoa estrangeira, com qualquer percentual, seja física ou jurídica, não

necessita requerer autorização para adquirir imóveis rurais no território nacional”.

Consultor-geral da AGU, Ronaldo Jorge Júnior afirmou no Senado, em audiência realizada em março, que o parecer precisava ser revisto, já que os órgãos governamentais não teriam mais condições de controlar aquisições de terras.

– Com isso, as empresas estrangeiras se associam a empresas brasileiras, tendo controle do capital social, e adquirem grandes extensões de terras sem que

se possa estabelecer qualquer restrição – disse.

O senador José Nery (PSOL-PA) sugeriu e a CRA aprovou o envio de ofício recomendando a revogação do parecer da AGU.

– É um escândalo nacional permitir que essas empresas comprem terra. Isso não é um problema local, mas do país – afirmou.

José Nery também pediu que a CRA crie uma subcomissão temporária para analisar todos os casos de venda de terras a estrangeiros.



Senador João Pedro (*de óculos*) comandou reunião sobre a fiscalização da venda de terras

Comissão convoca ONG e empresa sob suspeita

Por não terem comparecido à audiência pública, a CRA aprovou a convocação dos representantes da Madeireira Gethal Amazonas e da organização não-governamental (ONG) Cool Earth, para que esclareçam denúncias de fraude na compra de terras da Amazônia.

A Gethal Amazonas, indústria de madeira compensada, teria cerca de 145 mil hectares divididos em seis municípios amazenses: Caruarí, Humaitá, Novo Aripuanã, Manicoré, Itacoatiara e Lábrea. A empresa não comparece ao Incra desde 2002 para tratar de seu cadastro de imóveis e não atendeu a exigências da legislação ambiental.

Segundo o procurador do Incra no Amazonas, Carlos Alberto Salles, a Gethal transferiu a maior parte de seus imóveis para outras empresas, tendo restado só três ou quatro em seu nome.

O Ibama multou a empresa em R\$ 380 milhões por descumprir um termo de ajuste de conduta firmado em 2005.

– A empresa está obrigada a apresentar os termos de posse da área, está proibida de explorar e teve seu material apreendido. Já temos uma ação civil pública em andamento – disse o superintendente regional do Ibama no Amazonas, Henrique Pereira.

A Polícia Federal e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) estão investigando o sueco Johan Eliasch, criador da ONG Cool

Earth, acusado de vender terras da Amazônia pela internet. Ele também seria um dos donos da Gethal, o que ainda não foi comprovado, segundo a superintendente do Incra no Amazonas, Socorro Marques.

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirma que o sueco estaria vendendo 2 mil metros quadrados da Amazônia, por 35 libras, ou R\$ 133, e teria sugerido a compra de toda a região por US\$ 50 bilhões.

– Pelo site, ele está estimulando vendas e diz esperar que um milhão de pessoas comprem ao menos um lote de um acre. Eliasch insinua-se amigo da Amazônia e propaga que promove a proteção da floresta e contribui para reduzir o aquecimento global – disse.

Em nota, a Gethal informou que, devido aos processos judiciais que está respondendo, não pode comparecer à comissão e afirmou que em 2005/2006 foram paralisadas a exploração e beneficiamento de produtos florestais (madeira). Disse ainda que apresentará sua defesa ao Ibama, “na certeza de que as acusações imputadas carecem de fundamento legal”.

Diretor da Cool Earth, Matthew Owen respondeu por ofício que a entidade não é proprietária de terras no Brasil ou em qualquer outro país onde seus projetos estão localizados. E que as doações que arrecada “não se destinam a aquisição de terras”.

Crédito para incentivar a pecuária intensiva

A concessão de crédito rural ficará mais fácil para pecuaristas que resolverem substituir a pecuária extensiva pelo sistema intensivo, bem como para agricultores que adotarem o sistema orgânico de produção agropecuária. A proposta foi aprovada em decisão terminativa pela CRA na quarta-feira, um dia depois de a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovar substitutivo de Osmar Dias (PDT-PR) a dois projetos, um de João Tenório (PSDB-AL) e outro de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). O texto – que altera o artigo 48 da legislação sobre política agrícola (Lei 8.171/91) – pode ir direto para a Câmara se não houver recurso à decisão da CRA.

O projeto de João Tenório (PLS 474/07) acrescentava na lei o estímulo à substituição do sistema de pecuária extensivo pelo intensivo como forma de inibir o avanço da fronteira agrícola para a Amazônia. Já a proposta de Valadares (PLS 555/07) tratava do estímulo ao desenvolvimento do sistema orgânico de produção agropecuária.

Ao reunir as duas propostas, Osmar Dias explicou que o estímulo à pecuária intensiva reduz a pressão sobre as áreas de floresta e aumenta a produtividade. Quanto aos sistemas orgânicos, afirmou que se trata de conciliar economia, ecologia e contextos sociais.

– São dois projetos oportunos, pois enquanto um contribui para o debate mundial sobre a crise de alimentos e de energia, e o Brasil pode contribuir neste setor, o outro procura priorizar produtores que investem na produção de orgânicos, que demandam mais mão-de-obra, tecnologia, custos e cuidados com a lavoura, tudo isso com menos degradação e menos poluição da área – explicou Osmar Dias.

Ainda na CAE, o presidente da comissão, Aloizio Mercadante (PT-SP), disse que a proposta se insere “no Plano Safra do governo, que pretende recuperar 50 milhões de áreas degradáveis de pastagem e ainda a agricultura de grãos”.

João Tenório, no mesmo sentido, enfatizou que a pecuária intensiva poderá liberar até 43 milhões de hectares de terras para a produção de alimentos.

Já Valadares destacou a preocupação mundial com a redução do uso de agrotóxicos na agricultura, que “agredem o meio ambiente e causam doenças”.

Na CRA, José Nery chegou a solicitar vista da matéria, mas acabou por atender ao apelo dos senadores Osmar Dias, Valadares e do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), para que o texto fosse votado na quarta-feira.

COMISSÕES

Produção e venda de remédios sob controle

A produção e o consumo de medicamentos poderão ser rastreados eletronicamente pelo código de barras da embalagem, de acordo com projeto da Câmara aprovado na quarta-feira pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e que, para virar lei, depende agora de votação em Plenário. Para isso, o PLC 24/07 cria o Sistema Nacional de Controle de Medicamentos, para monitorar toda a movimentação dos produtos (produção, comercialização, dispensação e prescrição médica, odontológica e veterinária).

O controle empregará as modernas tecnologias eletrônicas de identificação dos produtos. Pelo código de barras, deverão ser identificados o fabricante, o fornecedor, o comprador, o produto, as unidades de transporte/logística, consumidor/paciente, prescrição e profissional que receitou o medicamento (médico, odontólogo e veterinário), entre outras informações.

Para o relator, Valdir Raupp



Valdir Raupp (E), relator da proposta: controle de medicamentos será feito com o rastreamento do código de barras dos produtos

(PMDB-RO), um melhor controle dos medicamentos permitirá o rastreamento e a detecção precoce de problemas, bem como a adoção de medidas corretivas com maior agilidade.

A CAS aprovou também projeto do senador Valter Pereira (PMDB-MS) que trata dos honorários pagos aos advogados quando da extinção de processos traba-

listas (PLS 728/07). A proposta fixa os chamados "honorários de sucumbência" entre 5% e 15% do valor da causa.

A regulamentação da profissão de oceanógrafo só depende agora da aprovação em Plenário, depois que o texto elaborado pela Câmara (sobre o PLS 274/91, original do Senado) foi votado pelos integrantes da CAS.

CAS VAI A BELÉM - Por iniciativa de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), José Nery (PSOL-PA), Papaléo Paes (PSDB-AP) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN), a CAS decidiu enviar um grupo de senadores à Santa Casa de Misericórdia de Belém, onde morreram 22 bebês em menos de três semanas. Farão a investigação os membros da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, além dos três integrantes da bancada do Pará. Flexa Ribeiro lembrou que o hospital era considerado, até dezembro de 2006, uma unidade hospitalar de qualidade ótima.

CAMINHONEIROS - O grupo de trabalho que se dedica à análise das condições de trabalho dos motoristas profissionais (de caminhão, ônibus e táxi) fará um levantamento dos projetos de lei sobre o assunto que passaram pelo Congresso, para sugerir aprimoramentos na legislação que regula o setor. O grupo funciona no âmbito da CDH e inclui senadores, representantes do governo e das categorias representativas dos motoristas. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) defende a elaboração de um estatuto para os trabalhadores do transporte rodoviário.

REVOLTA DA CHIBATA - O Senado poderá realizar sessão especial em homenagem aos descendentes de João Cândido e dos heróis da Revolta da Chibata, prevê proposta de Paulo Paim (PT-RS) aprovada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), mas que será ainda submetida ao Plenário. Na quarta-feira, o Plenário aprovou projeto (PLS 45/01) que concede anistia póstuma a Cândido e aos demais participantes do movimento de 1910, feito para acabar com as punições físicas então impostas aos marinheiros, como chicotadas e o isolamento em celas.

AJUDA A MUSEUS - O governo federal poderá criar o Fundo Nacional de Desenvolvimento dos Museus (FNDM), para apoiar projetos de criação, construção, restauração e modernização de prédios, sítios e monumentos. Os recursos seriam usados também na valorização dos profissionais, melhoria da gestão, aquisição e manutenção de acervos. Além de contribuições e doações, o fundo poderá contar com recursos do Orçamento da União. É o que prevê projeto (PLS 95/08) da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Quatro novas ZPEs devem ser criadas, três delas em Minas

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) aprovou a criação de quatro novas zonas de processamento de exportação (ZPEs), nas cidades de Colatina (ES), Uberlândia (MG), Juiz de Fora (MG) e João Monlevade (MG). Os projetos seguem agora para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A presidente da CDR, Lúcia Vânia (PSDB-GO), destacou

que, na quarta-feira passada, o presidente Lula sancionou a lei que disciplina as ZPEs e que agora cabe aos governadores apresentar um projeto específico para cada zona aprovada em seu respectivo estado.

O projeto deve ser encaminhado ao Conselho Nacional das ZPEs, que tem a atribuição de analisar as propostas e aprovar os projetos industriais correspondentes.

DEBATE TRIBUTÁRIO - A reforma tributária e as mudanças na cobrança da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) serão tema de debates a serem promovidos pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Unido, Piauí quer obra de porto incluída no PAC

Congressistas do Piauí de todos os partidos e o governador Wellington Dias, reunidos na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, reivindicaram a inclusão da construção do Porto de Luís Correia no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O senador Mão Santa (PMDB-PI), que destinou emendas do Orçamento para o porto, declarou que apoiará o governo Lula caso a obra seja incluída no PAC e de fato realizada.

Ao senador Heráclito Fortes (DEM-PI) o governador explicou que a rescisão do contrato para construção e exploração do porto - assinado em 1992 com a empresa Indústria Naval do Ceará (Inace) - foi rescindido depois que inspeção da Agência Nacio-



Heráclito Fortes (C) preside a audiência pública na comissão, que teve a participação do governador do estado, Wellington Dias

nal de Transportes Aquaviários constatou, há cinco anos, o total abandono da obra.

Além do porto, o governo estadual pretende construir uma ferrovia e uma hidrovia, com in-

Colômbia (Farc).

Junto com ela conquistaram a liberdade outros 14 reféns, três dos quais militares dos Estados Unidos capturados há cinco anos.

Heráclito Fortes mencionou a "forte emoção" vivida por todos que participaram da reunião da CRE. Ele disse que, por esse motivo, como presidente da comissão, propôs a ida dos parlamentares à Colômbia,

num gesto de solidariedade. Mais tarde, ele e demais membros da comissão consideraram a viagem desnecessária.

A senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) elogiou a operação de resgate e definiu a ex-senadora como "um símbolo de força e garra para todas as mulheres".

Libertação de Ingrid Betancourt emociona CRE

Após acompanhar a transmissão ao vivo por um telão o emocionante reencontro da ex-senadora colombiana Ingrid Betancourt com o casal de filhos adolescentes, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou voto de congratulações ao governo colombiano pela libertação da ex-senadora.

A operação militar de resgate de Ingrid foi definida por Eduardo

Azeredo (PSDB-MG) como "bem-sucedida e necessária". A comissão decidiu também convidá-la a fazer uma visita ao Senado brasileiro.

Ingrid foi libertada na última quarta-feira pelo Exército da Colômbia depois de ter passado seis anos em poder das Forças Armadas Revolucionárias da

Colombiana foi libertada pelo Exército após seis anos como refém das Farc

Ilegais no Brasil e Argentina poderão regularizar situação

Brasileiros e argentinos ilegais poderão regularizar a sua permanência no país estrangeiro, segundo acordo entre os dois governos aprovado pela Comissão de Relações Exteriores na forma de um decreto legislativo (PDS 98/08). O projeto será agora submetido ao Plenário.

Segundo o acordo, a regularização dos migrantes ocorrerá por meio da apresentação de passaporte ou documento de identidade, certidão negativa de antecedentes judiciais do país onde tenha residido nos cinco anos anteriores, comprovante

de ingresso no país onde se encontra e comprovante do pagamento de taxas de imigração. O acordo estabelece ainda que brasileiros e argentinos poderão obter a transformação de vistos temporários ou de turista em vistos permanentes.

A comissão aprovou ainda outros 17 projetos referentes a acordos internacionais. Todos serão ainda examinados pelo Plenário. Um deles, o PDS 154/08, aprova acordo entre Brasil e Grã-Bretanha para evitar a dupla tributação dos lucros decorrentes de transporte marítimo e aéreo.

ROYALTIES PARA EXÉRCITO - O Exército poderá ser beneficiado com *royalties* de 0,25% sobre o valor da energia produzida por usinas hidrelétricas, prevê projeto (PLS 62/08) do senador Fernando Collor (PTB-AL) aprovado pela CRE. A proposta eleva de 6,75% para 7% o percentual sobre o valor da energia elétrica produzida a ser pago como *royalties*, que hoje são integralmente repassados aos estados e municípios onde ficam as represas.

vestimentos de R\$ 400 milhões. Na sexta-feira, Heráclito lembrou que o estado espera a obra há mais de 100 anos. Ele propôs que uma comissão busque solução para reativar a obra.

CPI DA PEDOFILIA Termo de ajustamento de conduta dará agilidade na liberação de dados de álbuns do Orkut

Para Magno Malta, decisões terão impacto mundial

Ao se referir ao acordo que permitirá o acesso da Justiça brasileira aos álbuns do Orkut suspeitos de conter pornografia infantil, o presidente da CPI da Pedofilia, Magno Malta, afirmou que “nossa vitória foi criar uma nova lógica de relação da empresa com o país”.

– Hoje é um dia importante para o mundo, para o Brasil e para as crianças. A assinatura foi resultado de luta, de enfrentamento e de coragem. Como se trata de uma empresa com atuação mundial, quando se mexe numa lógica adotada pelo Google em um país, também haverá impacto nas relações da empresa nos outros países onde ela atua – ressaltou.

O relator da CPI, Demostenes Torres, elogiou os esforços que levaram ao entendimento. O parlamentar destacou a importância do Google, lembrando seu papel como canal de comunicação e informação para milhões de pessoas. Destacou ainda a ação do Ministério Público Federal na defesa e na proteção da sociedade brasileira e a seriedade do trabalho da SaferNet, entidade da sociedade civil que investiga crimes cometidos na internet.

– Pela primeira vez na história, um provedor multinacional admite cumprir as leis e decisões emanadas de um país democrático – disse o procurador do Ministério Público Federal de São Paulo Sérgio Suiama.

Caminho seguro para reprimir crimes

O Orkut caiu no gosto dos brasileiros e se tornou o site de relacionamento mais popular do país desde que foi criado pelo Google Inc., com sede nos Estados Unidos, em janeiro de 2004. No entanto, o aumento vertiginoso de usuários, chegando atualmente a 27 milhões de brasileiros, foi acompanhado pela proliferação de denúncias de racismo, xenofobia e pedofilia em mensagens e imagens veiculadas no site.

Em 2005, ano em que a empresa chegou ao Brasil, a organização não-governamental SaferNet já registrava cerca de 1.600 denúncias de pornografia

infantil no Orkut.

Ainda naquele ano, o Ministério Público Federal em São Paulo, por meio do Grupo de Combate a Crimes Cibernéticos, realizou diversas investigações sobre violações de direitos humanos por usuários do site. O diretor-presidente do Google Brasil, Alexandre Hohagen, reafirmou o desejo da empresa em ajudar no combate à pedofilia.

– A CPI nos ofereceu um caminho seguro e equilibrado, na justa ponderação entre as necessidades de reprimir esses crimes e preservar a privacidade dos honestos – destacou Hohagen.

DVD aponta quase 115 mil denúncias contra Orkut

A SaferNet Brasil protocolou na CPI da Pedofilia um DVD contendo informações sobre 114.961 denúncias anônimas recebidas pela entidade em 2008 referentes à existência de pornografia infantil em álbuns do Orkut, site de relacionamentos do Google. Essas denúncias envolvem 22.761 endereços diferentes, sendo 2.551 de comunidades do Orkut e 20.210 perfis. A CPI aprovou na semana passada requerimento determinando a transferência de sigilo de mais de 18 mil álbuns do Orkut suspeitos de conter material pedófilo.

O presidente da SaferNet, Thiago Oliveira, explicou que o DVD contém o número de identificação da acusação, o endereço na internet da página denunciada e o número de denúncias repetidas para cada endereço. No material, também está especificada a situação atual de cada página – se foi retirada do ar ou bloqueada.

– Com as informações, a CPI poderá decidir se pede ou não a quebra de sigilo dos álbuns – explicou Thiago Tavares, ao observar que só o Google tem acesso às imagens e informações contidas em muitas das páginas.

Favorecimento à prostituição pode virar crime

As pessoas que induzirem crianças à prostituição, que facilitarem a exploração sexual infantil ou mesmo que dificultarem a saída de menores de situações de abuso poderão ser condenadas a penas que variam de cinco a 12 anos de prisão. A medida consta de sugestão aprovada pela CPI da Pedofilia e que será agora apresentada como projeto de lei.

De acordo com a matéria, poderão ser presos os pais que induzirem seus filhos menores à prostituição e proprietários ou gerentes de estabelecimento comercial que abrigar a prática. O projeto prevê ainda aumento de pena quando o crime é praticado sob violência ou ameaça. Também amplia o rigor em relação à lei atual, ao criminalizar a ação de adultos que exploram sexualmente adolescentes de 14 a 18 anos, mesmo quando houver o consentimento dos menores, e determina a perda de bens imóveis utilizados para a prostituição infantil.

Poderão ser tomados hotéis e restaurantes que servem como locais para a prática de exploração sexual de menores. Assim, um imóvel usado para essa finalidade, que também pode ser uma residência particular, poderá ser vendido, e o valor obtido deverá ser destinado ao Fundo de Direitos da Criança e do Adolescente.

CPI articula acordo histórico antipedofilia

Um acordo histórico para o combate à pedofilia foi assinado na semana passada entre o Google Brasil e o Ministério Público Federal (MPF), durante reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia. O termo de ajustamento de conduta agiliza a liberação de dados de álbuns do Orkut suspeitos de conter pornografia infantil e põe fim a disputas judiciais travadas desde 2005 entre o MPF e a empresa.

O termo foi assinado pelos procuradores Sérgio Suiama e Adriana Scordamaglia, do Ministério Público Federal de São Paulo, e Alexandre Hohagen, diretor-

presidente do Google Brasil. Como testemunhas, subscreveram o documento o presidente da CPI, senador Magno Malta (PR-ES), o relator, Demostenes Torres (DEM-GO), Romeu Tuma (PTB-SP) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Com isso, o Google compromete-se a notificar automaticamente ao MPF todas as ocorrências de pornografia infantil detectadas no Orkut e a manter por 180 dias os registros de acessos e os números IP (protocolo de internet, na sigla em inglês) dos usuários.

Outra medida prevista é o sistema de filtro para remover e prevenir material ilícito no site e a cooperação direta com a Safer-

Net, entidade da sociedade civil que fiscaliza crimes na rede. A partir de reformulação no setor de atendimento ao consumidor, o Google obriga-se a responder em até 15 dias úteis a todas as reclamações de usuários do Orkut que se sentirem vítimas de ações criminosas no site.

Também ficou acertado que o provedor desenvolverá campanhas de educação para o uso seguro da internet e financiará 100 mil cartilhas a serem distribuídas nas escolas para orientar crianças e adolescentes. A pedido de Demostenes Torres, a direção do Google anunciou que ajudará a produzir até 1 milhão de cartilhas.



Senadores da CPI acompanham assinatura de acordo entre Ministério Público e Google Brasil

Depoimento sem dano tem relatório adiado

A polêmica em torno do projeto (PLS 35/07) que institui o depoimento sem dano (DSD) para crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual levou Lúcia Vânia (PSDB-GO) a adiar a apresentação de seu relatório na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Sua intenção é votar o texto a tempo de comemorar os 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 13 de julho.

– Precisamos debater mais. O

projeto é importante, inovador, complexo, por isso precisamos de algumas salvaguardas – disse.

O projeto é resultado da CPI da Exploração Sexual (2003 e 2004) e baseia-se em experiência do juiz da 2ª Vara de Infância e Juventude de Porto Alegre, José Antônio Daltoé Cesar, que participou do debate. Ele instituiu o DSD com a inquirição da vítima em sala distinta do acusado e com transmissão ao vivo.

Participaram ainda da discussão a representante da Sociedade de Psiquiatria do Rio Grande do Sul, Veleda Dooke; o da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Fernando Carvalho; a integrante da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, Esther Arantes; e a presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Maria Luiza Moura.

Procuradora denuncia trabalho infantil

A exploração de trabalho infantil em lavouras de fumo na região Sul do país foi denunciada pela procuradora Margaret Matos de Carvalho durante audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH). O caso veio à tona há pouco mais de um mês em reportagem da Rede Paranaense de Comunicação. Integrante do Ministério Público do Trabalho do Paraná, Margaret disse que milhares de

menores são usados no cultivo e preparo das folhas de fumo no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A procuradora acusou ainda a indústria do fumo de provocar o “endividamento crescente” das famílias plantadoras e afirmou que as crianças que trabalham com o manuseio das folhas de fumo apresentam problemas de déficit cognitivo e de lesão por esforço repetitivo.

Flávio Arns (PT-PR), que propôs a audiência, citou estudos demonstrando que essas crianças apresentam níveis de nicotina no organismo superiores aos dos próprios fumantes.

O presidente da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), Benício Werner, e o presidente do Sindicato da Indústria do Fumo (Sindifumo), Iro Schünke, contestaram as denúncias.

OFICIAIS DE JUSTIÇA - Representantes dos 26 mil oficiais de justiça estaduais e federais, acompanhados do presidente da Federação das Entidades Representativas dos Oficiais de Justiça Estaduais do Brasil, Paulo Sérgio Costa, apresentaram à Comissão de Direitos Humanos reivindicações da categoria em relação aos riscos inerentes à atividade, à aposentadoria

especial e à isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de veículos. Os oficiais de justiça utilizam seus próprios veículos para cumprir suas atividades. O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, comprometeu-se a colocar em votação o projeto de lei que exige a titularidade do grau de bacharel em Direito como requisito para investidura no cargo (PLC 107/07).

PLENÁRIO

Publicidade de álcool pode ser restringida

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) pediu ao presidente do Senado, Garibaldi Alves, que coloque logo em votação o projeto de lei (PLS 182/03), de sua autoria, que proíbe a propaganda de bebidas alcoólicas no rádio e na televisão. Garibaldi, que presidia a sessão plenária, comunicou que atenderá o pedido.

O presidente da Casa disse que colocará em votação requerimento de Mesquita Júnior – que já conta com 60 assinaturas – solicitando urgência para a votação da proposta em Plenário. O projeto está na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), aguardando designação de relator.

Para Mesquita Júnior, é uma incongruência o país ter uma lei de tolerância zero contra o motorista que dirige com praticamente qualquer teor alcoólico no sangue e permitir, ao mesmo tempo, a propaganda de bebidas alcoólicas



FOTOS: GERALDO MAGELA

Mesquita Júnior é autor do projeto que proíbe a propaganda de bebidas alcoólicas no rádio e na TV. A proposta pode ter urgência

no rádio e na TV.

– A lei seca para os motoristas já veio tarde e deve ser aplicada com todo o rigor por policiais e demais agentes públicos – disse.

Mesquita Júnior também enalteceu o lançamento, pelo presidente Lula, do programa Mais Alimentos, de fortalecimento da

pequena agricultura, incluindo a familiar, como forma de aumentar a produção no país. A meta é alcançar um excedente de 18 milhões de toneladas por ano. O senador propôs que o programa ganhe impulso no Acre, que, observou, importa cerca de 70% dos alimentos que consome.

Paim quer estímulo ao emprego formal

A importância do combate ao trabalho sem carteira assinada levou o senador Paulo Paim (PT-RS) a propor uma campanha nacional pelo emprego formal.

– A maioria desses trabalhadores informais não sabe que estão, dia após dia, dando o suor ao trabalho, mas que para a Previdência Social eles não existem – lembrou Paim.

Para reduzir o número de trabalhadores na informalidade, o parlamentar apresentou

projeto de lei (PLS 253/05) que cria um sistema especial de inclusão previdenciária dos trabalhadores de baixa renda.

– Não estamos propondo novos benefícios, mas sim estabelecendo benefícios para que pessoas que hoje estão fora do sistema previdenciário, ou que não estão contribuindo, possam ingressar no sistema e contribuir – explicou.

Com relação ao desemprego, Paim lembrou que, apesar das altas taxas registradas, a falta

de experiência e, conseqüentemente, de qualificação são as principais causas para o grande número de pessoas fora do mercado de trabalho.

O senador também destacou manifestação em Porto Alegre de produtores de uva e vinho que pedem redução de tributos. Reivindicam também a fiscalização mais intensa contra o contrabando da uva.

A preocupação dos produtores é especialmente em relação à safra de 2009.

Cristovam: internet facilita sugestão de lei

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) propôs que a iniciativa popular de leis tenha como base as manifestações por meio da internet, e não mais assinaturas.

O argumento é que a forma atual de recolhimento de assinaturas de cidadãos ou entidades de classe para a formalização

de propostas é obsoleta. É o caso, disse, da obrigatoriedade de constar a assinatura dos propositores de leis numa lista, que dá início ao projeto ou à proposta de emenda à Constituição (PEC).

Cristovam propôs que um órgão do Senado – ele sugeriu a Comissão de Direitos Humanos

e Legislação Participativa (CDH) – elabore uma fórmula para atender usuários da internet que propuserem projetos por meio de mensagens eletrônicas.

– Poderia ser criada uma assinatura digital com o devido bloqueio, para que não se repetam as assinaturas – sugeriu o senador.

Mozarildo vai propor esta semana CPI da Amazônia

A criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) da Amazônia deve ser proposta nesta semana pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Conforme o parlamentar, “não se trata de uma CPI contra ninguém, mas apenas a favor da Amazônia”.

– Ao final, proporemos uma lei, um plano, dizendo o que se pode fazer lá e acabando de vez com essa história de proibir. Temos que levar a sério a Amazônia, e a CPI é o instrumento que vamos usar para mudar essa história – afirmou Mozarildo, que anunciou já ter coletado 52 assinaturas.

O senador apontou descaso do governo federal em relação à Amazônia, região que, disse, tem condições de, se explorada corretamente, pagar a dívida interna brasileira e ainda sanar qualquer outro problema

que o país venha a ter na área financeira.

Segundo Mozarildo, a Amazônia ocupa 61% do território nacional e possui 80% de todas as riquezas do Brasil. Ele mencionou o interesse internacional pela floresta e disse que, por trás do discurso de vários presidentes de outras nações de que a Amazônia não é do Brasil mas sim da Humanidade, existe um outro interesse oculto.

– É o interesse verdadeiro, que é pelas riquezas da Amazônia.

Em apartes, Paulo Paim (PT-RS) afirmou que é preciso olhar para a Amazônia com carinho, sem esquecer os 25 milhões de pessoas que lá vivem. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ressaltou que a CPI poderá indicar a maneira de levar a região definitivamente em direção ao progresso.

Quintanilha: mais prédios para o ensino a distância

A recente inauguração em Palmas de dois novos prédios da Eadcom, empresa de educação a distância, foi registrada em Plenário pelo senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO). Conforme disse, o grupo empresarial já formou mais de 12 mil professores no Tocantins.

– A empresa, em convênio com a Fundação Universidade do Tocantins, tem dado contribuição excepcional ao desenvolvimento do estado com o seu trabalho de educação e capacitação profissional – enfatizou.

O senador afirmou que, além do governador do Tocantins,

Marcelo Miranda, participaram da inauguração o senador Mão Santa (PMDB-PI) e o embaixador da Colômbia no Brasil, Tony Jozame Amar, entre outros.

Quintanilha destacou que as novas instalações contam com quatro estúdios equipados com câmeras digitais e quadro digital interativo.

Para o parlamentar, a educação a distância pode suprir a necessidade das pessoas que precisam estudar e não têm condições de frequentar uma escola. Em aparte, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) também defendeu essa modalidade de ensino.

QUARTA FROTA - O senador Pedro Simon (PMDB-RS) criticou na Comissão de Relações Exteriores (CRE) a decisão do governo dos Estados Unidos de reativar a quarta frota da Marinha, no Atlântico Sul. Ele disse ser “radicalmente contra” a reativação da frota, a respeito da qual afirmou ter as “piores recordações” - relativas à participação do governo norte-americano na deposição do presidente João Goulart, em 1964.

O assunto também foi levado ao Plenário pelo senador José Nery (PSOL-PA). Ele lembrou que a frota foi criada em 1943 para patrulhar águas da região da América Latina, e desativada em 1950. Cristovam Buarque (PDT-DF) sugeriu a designação de um grupo de senadores para dialogar com o embaixador dos EUA no Brasil, Clifford Sobel, o que deve ocorrer nesta semana.

HOMENAGENS

Congresso lembra importância de José Martí

Com a presença do presidente da Assembléia do Poder Popular de Cuba, deputado Ricardo Alarcón, o Congresso Nacional homenageou o líder da independência cubana José Martí.

Entre diplomatas, deputados e senadores que participaram da homenagem aos 155 anos de nascimento de José Martí, estava o embaixador de Cuba, Pedro Núñez Mosquera. O herói cubano, que nasceu em 28 de janeiro de 1853 e foi morto por tropas espanholas aos 42

anos, viveu como exilado nos Estados Unidos. Ele acreditava que a expansão do poder norte-americano era uma ameaça à América Latina.

O aspecto antiimperialista da luta de José Martí foi ressaltado pelos senadores José Nery (PSOL-PA), João Pedro (PT-AM), Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Eduardo Suplicy (PT-SP), que assinaram, com a deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o requerimento para a homenagem.

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, destacou o caráter anticolonialista da luta do herói cubano, na época em que os países da América Latina buscavam a independência.

Alarcón agradeceu o apoio dos parlamentares brasileiros à luta pela libertação dos cinco cubanos presos nos Estados Unidos há dez anos, sob acusação de espionagem, condenados a penas que vão desde 15 anos de reclusão até prisão perpétua, sem direito a defesa, disse.



O deputado Ricardo Alarcón (D) agradeceu o apoio à luta pela libertação dos cinco cubanos presos nos Estados Unidos

Voz do Leitor

ÁREAS DE FRONTEIRA

“Gostaria que os senhores senadores, além de destinar mais verbas para as secretarias de Segurança Pública dos estados, incluíssem em seus projetos a criação da Secretaria Nacional dos Municípios Fronteiriços, para dar mais segurança às suas populações, alvo freqüente de roubos de veículos. Proponho também uma nova proposta de emenda à Constituição para mudar os critérios de escolha dos membros do Tribunal de Contas de União (TCU). No lugar de ser por apadrinhamento político, seria por concurso público, fiscalizado pelo Ministério Público Federal, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e Procuradoria Geral da União.

Eneo Nóbrega, de Corumbá (MS)

MUDANÇA DE SEXO

“O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, anunciou que vai assinar portaria autorizando o pagamento de cirurgias de mudança de sexo pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Que explicação o ministro vai dar aos pacientes que correm risco de morte e estão esperando há anos na fila por uma cirurgia para cura de uma doença grave?”

Lourival Custódio, de Blumenau (SC)

IMPOSTOS E FRUSTRAÇÃO

“Infelizmente não conseguimos entender onde está a estratégia do governo em relação aos empresários – os grandes, principalmente, que desdobram sempre as suas empresas em várias razões sociais, a fim de fugirem da alta carga dos impostos. Enquanto isso, os pequenos e médios empresários

ficam sem saída, o que gera grandes frustrações. Estou apenas manifestando a minha opinião, já que não sou desse ramo, e sim um aposentado.”

José de Souza Leite, de Feira de Santana (BA)

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

“Quero parabenizar o senador Cristovam Buarque pela exaustiva luta e desempenho parlamentar em prol de uma educação de qualidade e igualitária para todos.”

José Lúcio da Cruz Souza, de Barbalha (CE)

IMPOSTOS SOBRE BEBIDAS

“Senador Garibaldi Alves, gostaria de lhe dar os parabéns pela sugestão de aumentar os impostos sobre bebidas, cigarros e veículos de luxo e importados. Isso já deveria ter sido aprovado há muito tempo, porque a bebida e o cigarro não servem para nada, além de causarem doenças graves, o que obriga o Estado a gastar uma fortuna com estes pacientes.”

Vicente Alves Oliveira, de Belo Horizonte (MG)

EXPECTATIVA

“Enquanto as autoridades do nosso país tentam resolver seus escândalos de corrupção, esperamos que algo seja feito para mudar o futuro do nosso país.”

Artênio Rocha de Moraes, de José da Penha (RN)

GRANDES FORTUNAS

“Se o Brasil ganhou 60 mil novos milionários em um ano, por que não se cria o imposto sobre grandes fortunas, como foi concebido na Constituição federal de 1988?”

Sérgio Rodrigo Coelho Torres, de Petrópolis (RJ)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

ambiente legal

Em busca do “ouro verde”

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) informa que o investimento mundial em energia renovável, que está sendo chamado de “corrida do ouro verde”, aumentou em torno de 60%, alcançando US\$ 148 bilhões no ano passado. A energia eólica (dos ventos) atraiu um terço de todo o investimento, fazendo com que, em março deste ano, sua

capacidade instalada já fosse suficiente para abastecer 75 milhões de casas. O investimento em energia solar foi de US\$ 28,6 bilhões no ano passado, com um aumento de 254%. Esse crescimento decorre da alta dos preços do petróleo e da preocupação mundial com as emissões de dióxido de carbono, apontadas como causadoras do aquecimento global.

A corrida dos elétricos

A empresa norueguesa Think anuncia o lançamento no mercado norte-americano do modelo Ox (foto abaixo), um carro elétrico considerado popular, capaz de percorrer até 250 quilômetros sem necessidade de recarregar. Ele é movido a baterias de *lithion-ion* e utiliza a luz do sol para acionar dispositivos eletrônicos. A recarga de 80%

da bateria é feita em menos de uma hora.

O governador da Califórnia, Arnold Schwarzenegger, informa que o estado produzirá um cupê esporte 100% elétrico, o Modelo S, com autonomia de 225 milhas, ou 360 quilômetros por recarga. O carro é da Tesla Motors, que já vende um *gran* esporte elétrico, o Roadster.



DIVULGAÇÃO/THINK

ALERGIA AO TRÂNSITO - As crianças que moram em regiões de muito trânsito têm 50% mais chances de desenvolver doenças alérgicas, conforme pesquisa realizada na Alemanha. O estudo, feito pelo Instituto de Epidemiologia do Centro Helmholtz para Pesquisa de Infecções, mostrou que, quanto mais longe do trânsito as crianças moravam, menor era o risco de desenvolver doenças respiratórias e alérgicas.

Trata-se, segundo os cientistas, do primeiro estudo controlado em laboratório que comprova os efeitos já conhecidos da poluição do trânsito na saúde das crianças.

EXPECTATIVA DE VIDA - Resveratrol: esse é o nome de um composto químico presente no vinho tinto que, de acordo com novo estudo da Universidade de Harvard, nos EUA, poderá melhorar sensivelmente a saúde dos seres humanos. A indústria farmacêutica já investe no desenvolvimento de medicamentos à base de resveratrol - a substância evitaria problemas relacionados ao envelhecimento, beneficiando o coração e fortalecendo os ossos, além de prevenir a catarata.

Frases

“... que os membros das Farc aceitem os termos da proposta do presidente Álvaro Uribe para que, deixando os atos de violência, de seqüestro, atos relacionados ao narcotráfico, assumindo uma vida legal, possam ser anistiados de quaisquer ações”

Eduardo Suplicy, após a libertação da ex-senadora Ingrid Betancourt, seqüestrada pelas Farc.

“Temos que ter uma posição bem mais clara e mais definida com relação ao terrorismo, à violência, a esse expediente que felizmente o Brasil dele está livre, pelo menos por ora”

Heráclito Fortes, queixando-se da demora do governo brasileiro em comentar a libertação de Ingrid Betancourt.

“Não aceito pressão para votar. Eu não tenho processo nenhum nas minhas costas”

Antônio Carlos Valadares, explicando adiamento da votação do projeto que impede candidaturas de políticos com “ficha suja”.

“Chega desses animadores de meia-tigela. Respeite os pernambucanos”

Sérgio Guerra, rebatendo o ministro Carlos Minc, para quem Pernambuco é “um desastre do desastre” ambiental.

“Ou nos tratam com igualdade, porque nós temos bases a representar, ou esqueçam votações no período que leva até o recesso parlamentar”

Arthur Virgílio, dizendo que o governo discrimina a oposição ao liberar dinheiro de emendas parlamentares.

“[Barack] Obama é um sopro de esperança no processo de renovação de lideranças mundiais. A tendência pela igualdade de oportunidades e de direitos tem sido perseguida por todos os países democráticos. Os Estados Unidos tiveram a coragem de adotar ações afirmativas”

Paulo Paim, em apoio à candidatura Barack Obama à Presidência dos EUA.

Foto da Semana

Entre os senadores Demostenes Torres (E) e Magno Malta - testemunhas do acordo -, Alexandre Hohagen, diretor-presidente do Google Brasil, assina termo de ajustamento de conduta com o Ministério Público Federal. O acordo formalizado na CPI da Pedofilia facilitará o acesso a dados de pessoas suspeitas de divulgarem pornografia infantil no site Orkut



MÁRCIA KALUME

Entrevista especial mostra prós e contras da Lei Seca

No último dia 19 de junho, o presidente Lula sancionou a lei que aumenta a punição para motoristas flagrados dirigindo um carro depois de ter ingerido praticamente qualquer quantidade de bebida alcoólica. Se for pego, o condutor será multado em R\$ 955 e poderá perder o direito de dirigir por um ano. Pela nova lei, o motorista pode recusar o teste do bafômetro, mas se exibir sinais de embriaguez poderá ser conduzido à delegacia, sofrendo as sanções aplicadas a condutor pego em flagrante e embriagado.

Antes, o teor alcoólico permitido era de até 6 decigramas de álcool por litro de sangue. Agora, a tolerância está em 2 decigramas, até a regulamentação, pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran), do dispositivo sugerido pelo Ministério da Saúde que veda a presença de álcool no sangue dos condutores.

A nova legislação está provocando polêmica entre advogados

e médicos, pois transforma o ato de dirigir embriagado – uma infração – em crime, com pena de até três anos de prisão. O caminho para penas mais rigorosas foi aberto por emenda do senador Gerson Camata (PMDB-ES). Alguns advogados criminalistas consideram a medida essencialmente moralista, já que beber não é crime.

Do outro lado da equação,

bares e restaurantes reclamam da queda de movimento. Proprietários, gerentes, caixas e garçons confirmam: os estabelecimentos não estão mais tão cheios e os clientes saem cada vez mais cedo. Segundo os donos, as vendas caíram para menos da metade no último fim de semana, já que a fiscalização passa pelos locais de movimento, afastando os clientes. Os prós e os contras dessa nova lei são o assunto da entrevista especial do *Conexão Senado* desta segunda-feira, ao meio-dia.

Donos de bares e restaurantes reclamam da queda de movimento

Projeto Rondon: ensino *in loco*

O *Senado Ciência* – que vai ao ar na Rádio Senado nesta quarta-feira, às 8h30 – entrevista o professor Umberto Euzébio, do Instituto de Biologia da Universidade de Brasília, e subcoordenador do Núcleo do Projeto Rondon da UnB. Euzébio fala sobre a importância da participação da universidade em programas de interação com as comunidades mais remotas do país, por permitir que os círculos acadêmicos dividam conhecimentos e aprendam *in loco* sobre as condições de vida da população brasileira.



Na Rádio, tradição das terras quilombolas

No *Fique por dentro da lei*, que a Rádio Senado apresenta nesta terça-feira, às 8h30, o antropólogo Márcio Santos fala sobre as comunidades quilombolas, explicando sua origem e direitos. Ele aborda ainda os conflitos fundiários enfrentados por essas comunidades e destaca a importância da

posse da terra na preservação das suas tradições culturais.

Participa também do programa o procurador da República no Tocantins Álvaro Manzano, que comenta as questões legais envolvendo as comunidades quilombolas.

Na TV, exclusiva com Marco Aurélio Garcia

O *Diplomacia* deste mês apresenta uma entrevista exclusiva sobre a política externa brasileira com o assessor especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia.

O programa da TV Senado deste sábado, às 11h30 e às 22h30 – com reprise domingo, às 9h e às 17h –, inclui reportagens sobre as expectativas dos parlamentares com relação à recém-criada União Sul-Americana de Nações e sobre a missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti.

Concertos mostra Brahms, por Daniel Barenboim

Em substituição ao *Quem tem medo da música clássica?*, a TV Senado está exibindo semanalmente o *Concertos especiais*. São espetáculos de música clássica, na íntegra, gravados ao vivo nos mais importantes teatros do mundo ou ao ar livre. As apresentações ocorrem nas ruas de Amsterdã e em mesquitas do Marrocos, por exemplo. Neste fim de semana, será mostrado o *Concerto para Violino e Orquestra – Opus 77*, de Johannes Brahms, com Itzhak Perlman (violino) e a Orquestra Filarmônica de Berlim, sob regência de Daniel Barenboim. Aos sábados, às 10h e 18h, com reprise nos domingos, às 10h, 18h e 24h.



SÁBADO

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - Ecosenado
4h30 - De coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado (reprise)
7h15 - Ecosenado (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração (reprise)
8h30 - TV Brasil Internacional
Hecho a Mano
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - Ecosenado (reprise)
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Música
15h30 - Mesa Brasileira
16h30 - Especial – Cartas ao País dos sonhos
17h40 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - Ecosenado (reprise)
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Especial (reprise)
22h40 - Diplomacia
23h30 - De coração (reprise)
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - Ecosenado (reprise)
2h30 - Diplomacia -
3h30 - Cidadania Entrevista -
4h - Leituras
4h30 - De coração (reprise)
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De coração (reprise)
9h - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
11h - Alô Senado
11h15 - Ecosenado (reprise)
11h30 - Especial

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural (reprise)
16h - Mesa Brasileira (reprise)
17h - Diplomacia
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Música
20h30 - Leituras
21h - Mesa Brasileira (reprise)
22h - Especial (reprise)
23h10 - Parlamento Brasil
23h40 - De coração (reprise)
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação

22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação
DOMINGO
6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e Informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam

ser transmitidas ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: NET, TVA e Video Cabo
TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Tecsats (17)

UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

(55) e Manaus (57).
ANTENA PARABÓLICA
Sistema analógico: Satélite - B1
Transponder - 11 A2
Polarização: Horizontal
Frequência - 4.130 MHz
Sistema digital: Satélite - B1

Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical
Frequência - 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz
Antena - 3,6 m
PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio
Digital NTSC MPEG-2 DVB
Symbol Rate - 3,2143Ms/s
FEC - ¾

Como sintonizar

FM
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas
ONDAS CURTAS
Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG
INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player
ANTENA PARABÓLICA
Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

UNILEGIS

Debate vê ineficiência em modelo de gestão

O governo gasta muito e mal os recursos que arrecada. A conclusão é do consultor do Senado e professor da Universidade do Legislativo (Unilegis), Marcos Mendes, ao comparar a eficiência do gasto público em 17 países da América Latina. Pelo estudo, o Brasil aparece em 10º lugar, logo atrás de Uruguai, Chile e Costa Rica.

A análise foi feita no Seminário de Políticas Públicas, realizado pelo Programa Interlegis (Comunidade Virtual do Legislativo Brasileiro), como parte do Ciclo de Conferências 2008.

A cientista política Maria das Graças Rua, da Universidade de Brasília, afirmou que o país precisa melhorar seus mecanismos de avaliação e monitoramento de políticas públicas, o que já existe em outros países desde a década de 70. Segundo a cientista, monitorar uma política pública é mais que supervisionar e controlar: é permitir que o gestor possa intervir para maximizar resultados ou redefinir o plano de ação.

– O monitoramento é como consertar um avião com ele voando. No Brasil, existe muito acompanhamento e pouco mo-

onitoramento – resumiu.

Marta Teresa Arretche, cientista política da Universidade de São Paulo, apresentou seu estudo sobre a falta de autonomia das prefeituras brasileiras, inseridas num modelo supostamente descentralizado de gestão.

– O que ocorre é uma limitada autonomia decisória. Embora os prefeitos tenham autonomia para recolher impostos, estão limitados quanto ao destino a ser dado a esses recursos – ponderou. Leany Lemos, coordenadora de Ciência Política da Unilegis, foi a moderadora do debate.



Denise Zoghbi, do ILB, José Gazineo, diretor-adjunto do Senado, Vânia Maione e Leany Lemos

Começa discussão sobre seguro rural

O representante da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Otávio Ribeiro Damaso, disse que socorrer os produtores endividados, além de não resolver o problema, ainda contribui para que eles se mantenham endividados. A afirmação foi feita na quinta-feira durante seminário para discutir o projeto

de lei complementar que cria o Fundo de Catástrofe do Seguro Rural, promovido pelo Centro de Estudos da Consultoria Legislativa do Senado.

A proposta é da Presidência da República e está em discussão na Câmara dos Deputados. Para Otávio Damaso, o seguro rural vai evitar a busca por socorro

financeiro junto ao governo pelos produtores atingidos por catástrofes meteorológicas. Participaram também do evento integrantes dos ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e do Banco do Brasil, bem como consultores do Senado e da Câmara dos Deputados.

Pesquisa do DataSenado: CSS é rejeitada por 69%

Pesquisa do DataSenado revelou que 69% dos residentes em capitais são contra a Contribuição Social para a Saúde (CSS), cujo texto-base foi acolhido pela Câmara.

Entre os entrevistados, 80% consideram a CSS uma recriação da Contribuição Provisória

sobre Movimentação Financeira (CPMF), extinta em dezembro.

Entre as pessoas com renda de até dois salários mínimos, 39% aprovam a contribuição, contra apenas 21% de aprovação dos que ganham mais de cinco salários mínimos.

O DataSenado ouviu, entre

6 e 16 de junho, 1.120 pessoas que vivem nas capitais. A margem de erro é de 3% e o nível de confiança, 95%. A pesquisa completa pode ser acessada no endereço www.senado.gov.br/sf/senado/centralderelacionamento/sepop/pdf/Pesquisa%20CSS.pdf.

Presidência



Membro do PC chinês diz que país quer aprender com Brasil

He Guoqiang, membro do Comitê Permanente do Partido Comunista da China, convidou o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, a visitar seu país. No gabinete da Presidência do Senado, He Guoqiang disse que a China quer intensificar a parceria com o Brasil.

– Ainda temos uma tarefa muito pesada pela frente. Precisamos aprender com as experiências de todos os países, inclusive do Brasil – disse.

Ao lado do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), 2º vice-presidente do Senado, Garibaldi agradeceu o convite e ressaltou a relevância que o governo brasileiro atribui à parceria com a China.

Verbas para candidatura a Olimpíadas

O ministro do Esporte, Orlando Silva, em visita a Garibaldi Alves, solicitou a aprovação de crédito suplementar de R\$ 85 milhões, que tem como objetivo apoiar a candidatura do Brasil a sede das Olimpíadas

de 2016.

O projeto está na Comissão Mista de Orçamento (CMO). Segundo o ministro, Garibaldi Alves prometeu colocar a matéria em votação no Plenário já na próxima semana.

Senado vai celebrar 200 anos do Banco do Brasil

O presidente do Banco do Brasil, Antonio Francisco de Lima Neto, ouviu do presidente do Senado, Garibaldi Alves, na quarta-feira, a promessa de que apresentará requerimento ao Plenário para a realização de uma sessão especial para celebrar os 200 anos da instituição.

À saída do encontro, Lima Neto informou ter tratado também da negociação para venda da folha de pagamento do Senado, segundo ele, ainda não decidida.

Garibaldi promete urgência para lei de delitos virtuais

Garibaldi Alves prometeu submeter ao Plenário substitutivo ao Projeto 89/03, da Câmara, e aos projetos 137/00 e 76/00, que tipificam delitos praticados por meio eletrônico, digital ou similar. A promessa foi feita a Cristina Del'Isola, mãe de Maria Cláudia Del'Isola, brutalmente assassinada em dezembro de 2004 e cujas fotos da autópsia foram colocadas na internet por uma integrante do júri, que não foi punida por falta de legislação aplicável.

PROJETO ATUALIZA - O Interlegis, programa do Senado Federal para a qualificação dos legislativos, quer atualizar os dados de todas as câmaras municipais do país. As informações podem ser enviadas por e-mail - atualiza@interlegis.gov.br; fax - (61) 3311-2762; ou carta a Projeto Atualiza - Secretaria Especial do Interlegis - Av. N2 - Anexo E do Senado Federal - Brasília (DF) - CEP 70165-900.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro
Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves
Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Valter Gonçalves Júnior.
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaina Araújo, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e

Thâmara Brasil.

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Bruno Bazílio e Sergio Luiz Gomes da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Oscar

Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br/jornal

E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Viaje de férias com segurança

Deixar para trás o estresse do dia-a-dia e pegar a estrada é a opção preferida de muitos brasileiros nos meses de férias. É nessa época também que ocorre a maior parte dos acidentes

rodoviários, causados principalmente pela imprudência dos motoristas. Veja nesta edição quais cuidados tomar para diminuir os riscos e garantir as férias tão sonhadas.

Imprudência não combina com cidadania

Planeje o trajeto da viagem

Não saia em viagem sem traçar um roteiro exato. Em alguns sites é possível fazer isso em segundos (*viajeaqui.abril.com.br*, por exemplo). Na página eletrônica do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) podem-se verificar as condições das rodovias federais – (*www.dnit.gov.br/menu/rodovias*).

Freadas

- > Nunca freie sobre poças d'água. Se isso for inevitável, tire o pé rapidamente para que as rodas não travem.
- > Muito cuidado ao frear tendo caminhões na traseira. Pesados, eles percorrem uma área muito maior que um veículo comum até parar.

Viagens longas

- > Descanse bastante antes de iniciar a viagem.
- > Se possível, viaje acompanhado de alguém que possa revezar com você a direção.
- > Não beba nem tome medicação que possa interferir nos seus sentidos.
- > Não dirija por muitas horas. Faça paradas regulares, mesmo que não esteja cansado.
- > Faça uma revisão cuidadosa nos principais itens de segurança do veículo, como freios, pneus, parte elétrica e direção.

Acidentes

- > Diante de um acidente, antes de tentar prestar qualquer socorro, respeite a sua própria segurança. Evite ser outra vítima.
- > Se já houver pessoas prestando socorro, siga adiante e tente avisar a autoridade mais próxima (polícia rodoviária, concessionário da rodovia etc.).
- > Se você não é médico ou paramédico, não toque nas vítimas e nem permita que leigos removam os acidentados.
- > Seus principais objetivos devem ser: evitar pânico, confortar os feridos, pedir socorro e sinalizar o local com triângulo, galhos ou lanternas.

Ultrapassagens

- > Nunca ultrapasse pela pista da direita.
- > Antes da ultrapassagem, olhe também os retrovisores.
- > Mostre aos outros motoristas, com as setas, sua intenção de ultrapassar.
- > Nunca ultrapasse em trevos, lombadas, curvas e passagens de nível ou em faixa contínua.

Dirigindo na chuva

- > Redobre a atenção para as condições da estrada: é possível a ocorrência de deslizamentos e quedas de barreiras.

- > Reduza a velocidade a um limite seguro.
- > Mantenha ligados os limpadores de pára-brisa.
- > Não fume. A fumaça provoca o embaçamento do vidro.
- > Evite freadas fortes.
- > Se o carro aquaplanar (deslizar sobre uma lâmina d'água), não freie nem pise na embreagem. Solte o acelerador e deixe o atrito com a água reduzir a velocidade até você sentir a aderência dos pneus no asfalto.

Animais na pista

- > Ao ver animais de grande porte na pista (cavalos, bois etc.), não buzine nem sinalize com os faróis. Isso assusta o animal, que pode ter reações inesperadas.
- > Feche os vidros, passe lentamente em marcha reduzida e avise o posto policial mais próximo.

Viajando com crianças

- > Crianças com menos de dez anos de idade devem sempre ser transportadas no banco de trás, atadas aos cintos de segurança ou acomodadas nas cadeirinhas apropriadas.
- > Bebês, mesmo os recém-nascidos, não devem viajar no colo. Em caso de colisão, o risco da criança servir como amortecedor no impacto com o painel ou o banco da frente é muito grande.
- > As crianças de até um ano de idade devem ficar nas cadeirinhas fixadas de costas para o sentido do carro. Depois dessa idade, a cadeirinha pode ficar na posição normal.
- > Quando a cadeirinha não mais protege a nuca da criança, é o momento de colocá-la diretamente no banco, presa pelo cinto de segurança.
- > Caso a posição do cinto possa causar enforcamento na criança, acomode-a em cima de uma almofada.

Cinto de segurança

- > O uso de cinto de segurança é obrigatório para todos os ocupantes do veículo e em todas as vias.
- > Mantenha os cintos sempre em bom estado e nunca os prenda enrolados ou dobrados.

Carro bom é carro revisado

Uma viagem segura depende de um veículo confiável. A revisão antes de pegar a estrada vai muito além de abastecer, calibrar os pneus e verificar o óleo do motor e a água do radiador. É imprescindível revisar todos os itens de segurança, principalmente se o carro não é usado em estradas com frequência. Procure oficina especializada e confiável.

Polícia Rodoviária Federal Endereços

AL - (82) 3217-9200
Rua Comendador Almeida
Guimarães, 22
CEP 57030-160
Maceió

AM - (92) 3216-5270
Rua Recife, 2.479
CEP 69050-030
Manaus

AP - (96) 3251-4708
BR 210 km 0, nº 201
São Lázaro
CEP 68909-130
Macapá

BA - (71) 2101-2201
Av. Frederico Pontes, 151 -
Comércio
CEP 40460-001
Salvador

CE - (85) 3295-3022
BR 116, km 6
CEP 60864-190

Fortaleza

DF - (61) 3394-5112
BR 040, km 1, Área Alfa -
Santa Maria
CEP 72433-000
Brasília

ES - (27) 3212-6900
Av. Mal. Mascarenhas de
Morais, 2.214
CEP 29050-625
Vitória

GO - (62) 3901-3700
Rua P-23ª, lote 4, s/n
CEP 74543-380
Goiânia

MA - (98) 3244-5372
BR 135, km 1, s/n
Tirirical
CEP 65095-600
São Luís

MG - (31) 3064-5300

Praça Antônio Mourão
Guimarães, s/n
CEP 32210-170
Contagem

MS - (67) 3325-3600
Rua Antonio Maria Coelho,
3.033
CEP 79020-908
Campo Grande

MT - (65) 3928-3000
Av. Joaquim Murtinho, 1.400
CEP 78020-290
Cuiabá

PA - (91) 3242-1800 - ramal
234 - Travessa D. Pedro I, 52
Umarizal - CEP 66050-100
Belém

PB - (83) 3231-3366 - 3231-
7711
BR 230, km 23, nº 223
Cristo Redentor
CEP 58053-002
João Pessoa

PE - (81) 3464-0700

Av. Antonio de Goes, 820
CEP 51010-000
Recife

PI - (86) 3233-1414
Av. João XXIII, 1.516
Bairro dos Noivos
CEP 64045-000
Teresina

PR - (41) 3361-8500
Av. Victor Ferreira do
Amaral, 1.500
CEP 82800-000
Curitiba

RJ - (21) 3503-9000
Rod. Presidente Dutra,
km 163 - Vigário Geral
CEP 21240-001
Rio de Janeiro

RN - (84) 4009-1550
ramal 1.550
Av. Bernardo Vieira, 3.656
CEP 59051-005
Natal

RO - (069) 3211-7800

Av. Pinheiro Machado, 1.276
Centro
CEP 78902-050
Porto Velho

RR - (95) 3224-1155
Rua Professor Riomedes
05ão Vicente
CEP 69300-000
Boa Vista

RS - (51) 3375-9700
Av. A. J. Renner, 2.701
Parque Humaitá
CEP 90250-000
Porto Alegre

SC - (48) 3251-3200
Rua Álvaro Mullen da
Silveira, 104 - Centro
CEP 88020-180
Florianópolis

SE - (79) 2107-3900
Av. Maranhão, 1.890
CEP 49087-420
Aracaju

SP - (11) 6095-2300

Rua Ciro Soares de Almeida,
150
CEP 02167-000
São Paulo

TO - (63) 3215-7991
Quadra 103 Sul, SO 11,
lote 30
CEP 77015-034
Palmas

Sede (DF)
SEPN 506, bloco C, proj. 8
CEP 70740-503
Brasília

ERRATA - O **Jornal do Senado** corrige nesta edição (nº 222) a numeração do *Cidadania*. A página circulou por duas semanas seguidas com o número 219. E a edição passada (30 de junho a 6 de julho) circulou com o número 220, quando o correto seria 221.